



Ensino Médio

Geografia

Ba
série

Manual exclusivo do aluno

Capítulo 1

GLOBALIZAÇÃO

As mudanças na economia internacional têm acentuado as desigualdades socioeconômicas. Os objetivos dos que controlam o mercado mundializado são: produzir mais a menores custos; encurtar distâncias utilizando meios de transporte mais rápidos; investir em centros de pesquisa para produzir novas tecnologias e materiais; utilizar a informática e as redes de computadores para acelerar a integração dos mercados por meio da comunicação virtual. No entanto, essas mudanças têm beneficiado apenas uma pequena parcela da população.

Os processos de globalização econômica e financeira afetaram (e afetam), inequivocamente, muito mais os países pobres. Estes continuam excluídos tanto da capacidade de produzir ciência e tecnologia quanto dos benefícios gerados por elas, o que intensifica as desigualdades socioeconômicas

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) publica diversos relatórios, nos quais se constata que as prioridades do desenvolvimento científico e tecnológico estão, em sua maioria, voltadas para o interesse dos países desenvolvidos. No ramo da biotecnologia, por exemplo, as pesquisas relacionadas ao amadurecimento lento do tomate e aos cosméticos foram consideradas prioritárias em detrimento daquelas relativas à vacina contra a malária e aos cultivos resistentes à seca em países subdesenvolvidos.

Outra publicação da ONU – o Informe sobre os objetivos do milênio 2011 – revelou em suas últimas pesquisas sobre a pobreza humana: houve problemas resultantes da crise econômica de 2008-2009 e do déficit de alimentos e de energia, no entanto a taxa de pobreza global recuou a 15% (a meta esperada era de 23%). Mesmo com a melhora dos resultados gerais, ainda hoje 1,7 bilhão de pessoas vivem, no mundo, com menos de US\$ 1,25 por dia, bem como 2,6 bilhões, com menos de US\$ 2 por dia!

Para o sociólogo Manuel Castells, a reestruturação do sistema capitalista – com sua lógica voltada para a competitividade econômica – é responsável pela concentração de riquezas no mundo. De acordo com ele, um estudo mais aguçado sobre as razões dessas desigualdades torna-se urgente e deve contribuir para minimizá-las. A sociedade da informação e da tecnologia ofertou novos produtos, ampliou mercados e, de acordo com pesquisas (como a apresentada pelo Banco Mundial), a média mundial sinaliza uma melhoria do padrão de vida de muitas famílias.

Ao se avaliar a dinâmica social do século XXI resultante das mudanças operadas pelo capitalismo, é possível constatar que a pobreza humana enquadra-se na relação entre distribuição e consumo das riquezas no mundo. Para organismos internacionais como o Banco Mundial, a desigualdade deve ser compreendida como a apropriação diferencial da riqueza (renda e bens) por parte de indivíduos e grupos sociais. E o conceito de pobreza humana refere-se ao nível de recursos abaixo do qual uma pessoa não consegue atingir patamares mínimos de padrão de vida, desejáveis em uma sociedade em determinada época. Quando se analisa a pobreza extrema (também designada miséria), considera-se que as condições de vida dessa população atingiram o nível mais baixo de privação das necessidades mínimas de sobrevivência na sociedade.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o conceito de pobreza extrema é aplicado quando a renda familiar não atinge 50% do que se considera a linha da pobreza naquele país. Em geral, o senso comum faz supor que a pobreza não é um problema relevante para o país que é considerado a maior potência do mundo.

Total da população	312.824.993 (2011)
Taxa oficial de pobreza	15,1% (2010) – aumento de 14,3% em relação a 2009 (era 0,8%)
Total de pobres	46,2 milhões (2010) – aumento de 2,6 milhões em relação a 2009 (eram 43,6 milhões)
Taxa de pobreza (2008 e 2009): <ul style="list-style-type: none">• Brancos não hispânicos• Negros• Hispânicos• Asiáticos	<ul style="list-style-type: none">de 9,4% para 9,9%de 25,8% para 27,4%de 25,3% para 26,6%mantiveram a taxa de 12,5%
Taxa de pobreza por idade: <ul style="list-style-type: none">• Inferior a 18 anos• Entre 18 e 64 anos• Acima de 65 anos	<ul style="list-style-type: none">22,7%13,7%9,0%

Fonte: Adaptado de U. S. Census Bureau. Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/2011pubs/p60-239.pdf>>. Acesso em dezembro de 2011.

Para o sociólogo francês Serge Paugam, a explicação desse quadro pode ser encontrada ao se analisar como as diversas tipologias de pobreza se manifestam em determinados países. Em alguns (como no Haiti, na Nicarágua, em Ruanda ou mesmo em algumas regiões do Brasil), ela pode ser caracterizada como pobreza integrada – representativa de uma situação na qual os pobres são numerosos e compõem um vasto contingente.

Há ainda uma terceira tipologia: a pobreza desqualificante – encontrada nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Nesse caso, a situação social diz respeito muito mais à exclusão do que às condições precárias de sobrevivência propriamente ditas. Os excluídos são repelidos pela esfera produtiva e tornam-se dependentes das instituições de ação social. Para a maioria, não se trata de um estado de miserabilidade estável, mas de uma situação instável. Cada vez mais, essas pessoas enfrentam dificuldades resultantes da renda

insuficiente, da precariedade das condições de moradia e saúde – o que provoca fragilidade das relações familiares. A decadência material e a dependência dos mecanismos de assistência social traduzem-se no sentimento de inutilidade social, produzindo uma situação de exclusão que se manifesta pelo sentimento de estar “fora da classe”.

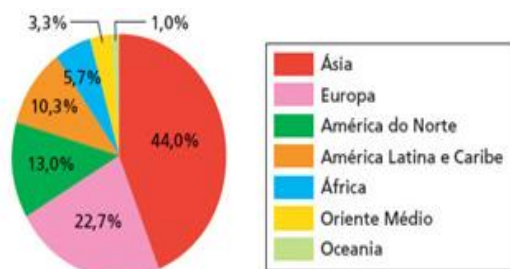
No caso dos Estados Unidos, esse sentimento de estar “fora da classe” é ainda mais exacerbado se forem consideradas questões culturais fortemente arraigadas relacionadas ao American way of life (modo de vida americano). Os valores desse modo de vida estão baseados em princípios de vida, de liberdade e de procura da felicidade (direitos não alienáveis a que todos os cidadãos deveriam desfrutar de acordo com a Declaração de Independência estadunidense). Esses valores se fortaleceram, sobretudo, depois dos “tempos duros” – período correspondente à depressão econômica decorrente da crise de 1929 – a partir da implantação da política do New Deal de Roosevelt – ; consolidaram-se após a Segunda Guerra Mundial, com o fortalecimento da hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos; e ganharam contornos mais definidos nas décadas de 1950 e 1960.

Durante a maior parte dos anos 1960, a luta por direitos civis dos negros – liderada pelo pastor Martin Luther King – levou o governo de Lyndon Johnson a estabelecer atos legislativos contra a discriminação racial e a implementar o programa da “Guerra contra a pobreza”, além de outras políticas afirmativas includentes. Apesar disso, a situação social dos negros ainda hoje continua a vislumbrar a inclusão

O APARTHEID TECNOLÓGICO

Considerando o que foi discutido até agora, é possível notar que, em comparação com o restante do mundo, o continente africano apresenta os menores IDH – que incluem, entre outros aspectos, o menor ingresso de estudantes no ensino primário.

Em plena era da informação, esse continente também apresenta a menor taxa de informatização do mundo.



Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <www.internetworldstats.com>. Acesso em dezembro de 2011.

Na África, há uma enorme dificuldade de implementação da infraestrutura necessária ao uso de computadores e ao acesso à internet; pois, para ampliar sua rede e ingressar de fato na era da informação, seriam necessários tanto investimentos em energia quanto disponibilização de um número muito maior de linhas telefônicas.

Dados do Banco Mundial indicam que o continente africano é o que apresenta o maior déficit de geração e distribuição de energia elétrica: 500 milhões de africanos não são atendidos pela eletrificação, e a maioria destes localizam-se na região subsaariana. Além disso, as poucas redes de eletricidade existentes – caras e antiquadas – funcionam, em sua maioria, a querosene e, por isso, são muito poluentes. Em virtude desse imenso descompasso, o Banco Mundial lançou, em 2009, um programa denominado Lighting África (Iluminando a África) com o intuito de buscar parcerias na iniciativa privada para ampliar, renovar e desenvolver novas tecnologias que atendam o continente africano a custos mais baixos e com melhores resultados ambientais.

Outro setor que merece atenção especial na África é o da telefonia. De acordo com dados do Informe sobre a economia da informação – elaborado, em 2007, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) – até a década de 1990 havia apenas uma linha telefônica para cada 100 habitantes na África, correspondendo a 2% do total mundial. Na atualidade, investimentos de operadoras europeias iniciaram a implantação de sistemas de telefonia celular no continente – o que, de acordo com dados da ONU, ampliou o acesso à telefonia móvel para 25% da população africana.

Entre 2009 e 2011, houve grande ampliação na oferta de telefonia móvel na África, com cerca de 60 operadores atuando em 40 países no continente. A instalação de novos cabos submarinos de fibra ótica e a ampliação de sinais por micro-ondas de rádio e links de satélites têm contribuído para abrandar as dificuldades de acesso da população, principalmente a rural. Porém, a grande barreira para a plena inserção da África nas tecnologias de comunicação reside, em especial, no alto custo das ligações, na baixa qualidade dos serviços oferecidos, bem como na reduzida capacidade de alcance dos sinais.

Apesar dos inúmeros problemas que ainda perduram, a África vem passando por transformações profundas, desde o final do século XX, sobretudo a partir de um processo de reorganização interna, com vistas a criar condições para que o continente busque, internamente, formas de resolver seus graves problemas políticos e sociais.

Desse modo, em setembro de 2002, líderes africanos reunidos em Durban, na África do Sul, criaram a União Africana (UA) – tal organização tem por objetivo buscar maior integração continental tanto no que se refere à abertura de mercados quanto à busca da paz. Para isso, criou-se o Conselho de Paz e Segurança; esse conselho, representado por cinco Estados africanos, tem poderes para intervir em guerras locais e evitar atos de extermínio em massa, como os que ocorreram (e ainda ocorrem) em diversos conflitos africanos. A União Africana apresenta também como proposta a promoção do desenvolvimento econômico e social, combatendo a fome e erradicando a pobreza em todo o continente africano.

Capítulo 2

PROBLEMAS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO

Os problemas ambientais do Brasil, aqueles que afetam o meio ambiente, são múltiplos, vastos e de enorme gravidade, prejudicando todos os seus biomas. Entre as principais ameaças estão a poluição da água, do ar e do solo, o desmatamento, o depósito e disposição de lixo em locais inadequados, a caça e a pesca predatórias, o desperdício de alimentos e de recursos naturais, e o aquecimento global. Todas elas têm sua raiz na explosão demográfica, na acelerada expansão urbana e agropecuária, e no proporcional aumento no consumo geral de recursos, podendo agir em separado, mas em geral fazendo-o em combinação, e desencadeiam uma série de impactos negativos sobre a biodiversidade, fazendo declinar populações, extinguindo espécies, privando-as de comida e abrigo, e provocando-lhes doenças, redução em seu crescimento, anomalias genéticas e outros males.

Consequentemente, desencadeiam-se prejuízos variados para a sociedade, que em tudo da natureza depende para sobreviver, na forma de redução de fontes de alimento e energia, de serviços ambientais, de materiais de construção, de substâncias medicinais, de fibras, óleos, resinas, condimentos e outros recursos. Também prejudicam o homem diretamente, causando-lhe doenças e outros danos à sua saúde, finanças e bem estar. Toda a sociedade brasileira sente os efeitos combinados desses problemas, e sofrem mais os mais pobres, a despeito da existência de grossa legislação normativa e protetora. Várias são as políticas e os programas governamentais e privados dedicados à prevenção e combate às ameaças ambientais, mas no balanço eles têm se revelado pouco eficientes e pouco ambiciosos, visto que as ameaças se agravam dia a dia, sem que haja sinal de uma reversão em grande escala nas tendências atuais num futuro próximo.

Fatores culturais, econômicos e políticos, que privilegiam a exploração predatória, imediatista, imprevidente e insustentável da natureza, além da ilegalidade, dificultam enormemente a aplicação e a eficácia das normas legais de monitoramento, fomento e proteção das espécies selvagens. A falta de educação ambiental e de consciência da população sobre o papel fundamental que a natureza desempenha na vida humana são outros agravantes desse contexto dramático, fazendo com que as projeções de futuro não sejam otimistas, embora o conhecimento exista e seja facilmente acessível, e embora os custos de transformação do modelo atual sejam baixíssimos comparados aos seus benefícios, especialmente na perspectiva de longo prazo.

COMBINAÇÃO DAS AMEAÇAS AMBIENTAIS

São importantes conceitos introdutórios no estudo da problemática ambiental os de sinergia e acumulação. Na definição de Milaré, "sinergia é o efeito ou força ou ação resultante da conjunção simultânea de dois ou mais fatores, de forma que o resultado é superior à ação dos fatores individualmente, sob as mesmas condições. Noutro passo, são cumulativos os impactos ou efeitos capazes de ensejarem alteração significativa na dinâmica ambiental a partir da acumulação de impactos locais". A natureza é um sistema todo integrado, cada um de seus elos desempenha um papel específico no equilíbrio ecológico geral, que pode ser muito abrangente ou bastante limitado, conforme a espécie. Isso significa que a supressão ou declínio de uma certa espécie vai inevitavelmente afetar outras que dela dependiam em termos de alimentação, reprodução, proteção ou outro fator. Algumas espécies têm funções restritas e o efeito do seu desaparecimento é pequeno; não obstante, ele existe. Outras, porém, exercem influência sobre muitas outras, e o seu desaparecimento desencadeia uma cascata de eventos que pode levar à desestruturação de todo um ecossistema e ao seu colapso final. Dessa interatividade inerente ao funcionamento da natureza, decorre que muitas ameaças ambientais, senão todas, não ficam limitadas à sua origem, mas se interpenetram, interagem, acumulam e se reforçam mutuamente, produzindo efeitos que podem ser imprevisíveis, incontrolláveis, de vasta escala e longa duração, e às vezes irreversíveis. O ser humano é talvez a única das espécies vivas que tem a capacidade de afetar todo o ambiente da Terra, como as observações recentes têm mostrado com superabundância de evidências, e seus atos, da mesma maneira sinérgica e cumulativa, têm efeitos em múltiplas esferas. Há muitos séculos atrás, quando a população era pequena, o impacto da atividade humana foi na maior parte das vezes absorvido pela natureza, mas essa capacidade de neutralização já foi ultrapassada, e hoje a Terra dá sinais nítidos de esgotamento. O Brasil, riquíssimo em recursos naturais e dono de uma natureza exuberante, não é exceção nesse estilo de vida insustentável, e todos os seus biomas estão ameaçados por um longo elenco de agressões que se combinam e produzem efeitos multiplicados.

Poluição e degradação do solo e o lixo

Na definição da Política Nacional de Meio ambiente, poluição é "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições

adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos". São principais causas da poluição do solo o uso indiscriminado de pesticidas, herbicidas e fertilizantes nas lavouras, em conjunto denominados agrotóxicos, e nas regiões urbanizadas, o mau manejo do lixo e outros resíduos. Também são fatores relevantes os resíduos produzidos nas minerações, e, embora pontuais, os acidentes envolvendo descargas de substâncias poluentes, os quais, não obstante sua origem circunscrita, podem gerar danos em larga escala.

DEGRADAÇÃO DO SOLO

A poluição é um dos fatores determinantes de um processo paralelo, a degradação do solo, que é definida como a redução de sua qualidade ou produtividade, embora não seja o único. Outros são a erosão, principalmente derivada do desmatamento, que expõe o solo ao excesso de insolação e ao vento, ressecando-o, e às chuvas, que o dissolvem e carregam para os leitos d'água, assoreando-os; as queimadas, que destroem muito da biodiversidade superficial; a construção de obras de infraestrutura, como estradas e urbanização; o pastejo excessivo na pecuária, e o manejo inadequado, especialmente no caso da irrigação, que pode provocar a salinização da terra. Esses fatores, atuando em separado ou em combinação, causam grandes perdas na biodiversidade do solo, incluindo a biodiversidade microscópica, grande responsável pela produção e fixação de nutrientes necessários à sua fertilidade, gerando sérios prejuízos à agricultura e à pecuária. Solos por natureza frágeis ou rasos são particularmente sujeitos à degradação. A degradação do solo pode levar também a alterações nos sistemas hídricos e à desertificação, outro problema que já preocupa várias regiões do Brasil, em especial no Nordeste, e que em 2012 colocava 1,3 milhão de quilômetros quadrados sob ameaça, representando cerca de 15% do território brasileiro. Faltam dados exatos sobre a situação nacional, mas na América do Sul calcula-se que 244 milhões de hectares de solo estejam degradados, 41% devido ao desmatamento, 27,9% ao superpastejo, 26,2% a atividades agrícolas, 4,9% à exploração excessiva da vegetação.

LIXO

O lixo é uma das principais formas de poluição do solo, tendo efeitos também sobre a qualidade das águas e do ar. Desde o surgimento dos

primeiros centros urbanos, a produção de lixo se apresenta como um problema de difícil solução. A partir da Revolução Industrial, com a intensificação da migração dos trabalhadores do campo para a cidade, aumentaram a produção e as dificuldades no manejo dos resíduos sólidos. Algumas características da sociedade contemporânea, como seu amor ao novo, o costume de usar produtos descartáveis em vez de recicláveis, o sistema de produção que prevê a obsolescência programada de inúmeros itens de consumo, tornando-os inúteis em pouco tempo e necessitando reposição, as grandes taxas de desperdícios de materiais e recursos naturais, contribuem para que hoje haja enorme produção de lixo de várias naturezas. As principais fontes do lixo, na definição do portal Ambiente Brasil, transcrita integralmente, são:

- "Lixo doméstico: é aquele produzido nos domicílios residenciais. Compreende papel, jornais velhos, embalagens de plástico e papelão, vidros, latas e resíduos orgânicos, como restos de alimentos, trapos, folhas de plantas ornamentais e outros.
- "Lixo comercial e industrial: é aquele produzido em estabelecimentos comerciais e industriais, variando de acordo com a natureza da atividade. Restaurantes e hotéis produzem, principalmente, restos de comida, enquanto supermercados e lojas produzem embalagens. Os escritórios produzem, sobretudo, grandes quantidades de papel. O lixo das indústrias apresenta uma fração que é praticamente comum aos demais: o lixo dos escritórios e os resíduos de limpeza de pátios e jardins; a parte principal, no entanto, compreende aparas de fabricação, rejeitos, resíduos de processamentos e outros que variam para cada tipo de indústria. Há os resíduos industriais especiais, como explosivos, inflamáveis e outros que são tóxicos e perigosos à saúde, mas estes constituem uma categoria à parte.
- "Lixo público: são os resíduos de varrição, capina, raspagem, entre outros, provenientes dos logradouros públicos (ruas e praças), bem como móveis velhos, galhos grandes, aparelhos de cerâmica, entulhos de obras e outros materiais inúteis, deixados pela população, indevidamente, nas ruas ou retirados das residências através de serviço de remoção especial.
- "Lixo de fontes especiais: é aquele que, em função de determinadas características peculiares que apresenta, passa a merecer cuidados especiais em seu acondicionamento, manipulação e disposição final, como é o caso de alguns resíduos industriais antes mencionados, do lixo hospitalar e do radioativo".

POLUIÇÃO HÍDRICA

A poluição hídrica consiste em modificações de origem humana nas propriedades físicas e químicas da água capazes de provocar danos aos seres humanos e ou à vida selvagem, incluindo-se aqui tanto rios e lagos como os mananciais subterrâneos e o mar. Suas causas principais derivam do lixo e esgotos urbanos e de substâncias usadas na agricultura e indústria, que são lançados diretamente nas águas ou lá acabam parando levados pelas chuvas ou por infiltrações. Acidentes com despejos de substâncias nocivas em geral têm um impacto limitado, mas às vezes desencadeiam efeitos de grandes proporções com reflexos em vários ambientes associados. É um exemplo o derramamento de lama tóxica ocorrido em 2015 no rio Doce pelo rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, que provocou pelo menos 17 mortes e prejudicou severamente a biologia de todo o rio abaixo do ponto do acidente, além de destruir uma vila, gerar grandes prejuízos econômicos e sociais e contaminar uma grande área de oceano e praias além da sua foz, sendo considerado o maior desastre ambiental da história do país. Também são consideradas formas de poluição a contaminação salina e a mineralização dos mananciais. O crescimento acelerado da população humana, com o aumento na demanda de água para consumo e outras atividades, reduz os estoques disponíveis, aumentando o problema porque menores quantidades de líquido são menos capazes de diluir os contaminantes.

Esses materiais podem simplesmente envenenar a água com substâncias tóxicas, como os pesticidas usados nas lavouras, e efluentes industriais que contenham por exemplo metais pesados ou fármacos, ou podem estimular o crescimento de populações microscópicas que desequilibram o ambiente aquático consumindo grandes quantidades de oxigênio e emitindo outras substâncias tóxicas como subproduto do seu metabolismo, prejudicando as outras formas de vida. Neste caso se incluem os esgotos e fertilizantes agrícolas, que representam para algas, fungos e bactérias um grande aporte de nutrientes, fazendo com que suas populações se multipliquem explosivamente, num processo chamado eutrofização. No Brasil poucas atividades produtivas têm controle eficiente de seus efluentes líquidos e resíduos sólidos, e os sistemas de tratamento são ainda mais precários. Isso vale especialmente para os esgotos urbanos, que no caso brasileiro são os poluentes mais importantes, sendo raras as cidades com coleta e tratamento dentro de níveis aceitáveis. Existem vários marcos legais que protegem especificamente as águas, nascentes e mananciais, bem como a natureza em geral, mas tipicamente eles ou são desconhecidos ou têm baixa

adesão da população. A impunidade, mais a notória lentidão e a frequente inconsistência dos processos de licenciamento ambiental são agravantes do problema. Um relatório da Defensoria da Água em parceria com a Caritas e a UFRJ indicou que entre 1994 e 2004 os níveis de poluição hídrica no Brasil aumentaram em cinco vezes.

POLUIÇÃO DO AR

A poluição do ar é um problema principalmente urbano, e divide-se em duas categorias principais, a do material particulado (poeiras ou aerossóis), e a dos gases/vapores tóxicos. O material particulado, termo que designa material de origem diversificada dividido em pequenas partículas, é um dos poluentes clássicos na definição da Organização Mundial de Saúde (OMS). É originado de processos industriais e produtivos, como a cinza e a fumaça geradas pela combustão de madeira e carvão nos lares e em siderúrgicas e metalúrgicas, obras de engenharia que usam cimento ou movimentam grandes quantidades de terra, a poeira gerada na exploração e transporte de minérios, e a poeira de rua levantada pelo vento, que pode conter substâncias tóxicas e metais pesados. Estas partículas existem em vários tamanhos, todos muito pequenos, medindo até 100 microns de diâmetro. As mais perigosas para o homem medem até 10 microns, e sendo inaláveis, causam problemas no aparelho respiratório. Conforme sua composição, algumas partículas têm a capacidade de carregar substâncias tóxicas para dentro do organismo. Também o afetam pelo acúmulo físico, causando males derivados de obstrução das vias aéreas.

AQUECIMENTO GLOBAL

Outro gás importante, embora não considerado um poluente clássico, é o gás carbônico (CO₂), que existe naturalmente em significativa proporção na atmosfera. Porém, ele também é um produto da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento e das queimadas, sendo emitido em vastas quantidades atualmente por automóveis, indústria, expansão agrícola e outras fontes. Ele é um dos chamados gases estufa, que têm a propriedade de reter calor atmosférico impedindo que seja liberado no espaço. O metano produzido por alguns processos industriais, mas principalmente pela decomposição de matéria orgânica (esgotos domésticos, lixo, desperdício de alimentos), junto com o óxido nitroso, que é emitido na agricultura, mais o vapor d'água, que também são gases estufa, têm provocado desde o fim do século XIX um sensível aumento na quantidade de calor retido pela Terra, desencadeando o fenômeno conhecido como aquecimento global. Este fenômeno, que se

agrava dia a dia pela crescente emissão de gases desta categoria, representa a maior ameaça ao ambiente e à sociedade que o mundo enfrenta, tendo uma penetração mundial e repercussões negativas profundas e gravíssimas em virtualmente todos os sistemas naturais do planeta. No Brasil os gases estufa são emitidos principalmente pelas queimadas, mas o uso de combustíveis fósseis tem crescido e deve crescer ainda mais no futuro próximo.

O aquecimento global desequilibra todos os ecossistemas e gera efeitos vastos e múltiplos. Na escala global, tem provocado o desaparecimento das geleiras, a subida do nível do mar, o aquecimento, desoxigenação e acidificação dos oceanos, grandes mudanças no regime de chuva e no padrão dos ventos e correntes marinhas, e por consequência tem causado grande declínio na biodiversidade mundial. Por extensão, tem gerado altíssimos prejuízos econômicos e humanos, ameaçando a segurança alimentar, política, social e sanitária das nações. Para o Brasil as ameaças mais significativas estão no declínio da biodiversidade, reduzindo o aproveitamento de recursos naturais e dos serviços ambientais; a elevação do nível do mar, ameaçando populações e cidades litorâneas, e a expressiva modificação no padrão de precipitação, sendo projetadas uma elevação de temperatura de até 6 °C até o fim do século XXI e até 40% de redução nas chuvas na maior parte da zona de produção agropecuária, enquanto em outras deve haver proporcional aumento nas chuvas, pondo em xeque a produção de energia e alimentos, bem como aumentando o risco de inundações intensas e secas prolongadas. Mudanças na temperatura e na química da água do mar também afetam a biodiversidade marinha, e por isso é prevista, por exemplo, uma redução de até 40% na capacidade pesqueira no litoral da Região Sudeste. Vários desses efeitos já estão sendo sentidos, e a tendência é de se agravarem, se os níveis de emissões de gases estufa continuarem subindo como estão.

CONFERÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE

Com o avanço do conhecimento científico e das técnicas de estudo sobre o meio natural, ampliaram-se os alardes – sobretudo após a Segunda Guerra Mundial – a respeito dos impactos gerados pelas atividades humanas sobre o meio natural. O desenvolvimento da ecologia, já no século anterior, e a difusão dessa área do conhecimento contribuíram para elevar o número de cientistas que apontavam sobre os efeitos danosos da evolução das sociedades no sistema capitalista.

Nesse contexto, ocorreu aquilo que costuma ser denominado como o “despertar da consciência

ecológica”, o que foi marcado pela tentativa de muitos países em promover formas alternativas de desenvolvimento que integrassem a preservação da natureza e dos recursos naturais. Surgiram, assim, as principais conferências sobre o meio ambiente, que passaram a versar sobre as melhores estratégias, metas e ações pautadas sob uma perspectiva ambiental.

As principais conferências ambientais internacionais foram as de Estocolmo, em 1972, a Eco-92 ou Rio-92; a Rio+10, em 2002, e a Rio+20, em 2012. A seguir, uma breve síntese sobre os principais acontecimentos e decisões tomadas em cada um desses eventos.

Conferência de Estocolmo

Sob a organização da ONU no ano de 1972, na cidade sueca que deu nome ao evento, um total de representantes de 113 países e 250 organizações ambientais reuniu-se para debater as principais questões e temas polêmicos referentes ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo – cujo nome oficial foi Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – teve como principal resultado uma declaração final oficial na qual designava a premissa de que as gerações futuras e a população mundial teriam o direito incontornável de viverem em um ambiente com saúde e sem degradações.

Eco-92

Realizada no Rio de Janeiro em 1992 e, por isso, também chamada de Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, ou, ainda, Cúpula da Terra, foi considerada um dos principais marcos da questão ambiental em termos de políticas internacionais ao longo da história. Com uma ampla cobertura midiática e a presença de representantes de 172 países e centenas de organizações ambientais, o encontro teve como resultado a assinatura de cinco importantes acordos ambientais: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; a Convenção da Biodiversidade; e a Convenção do Clima.

Também ficou definido que, em um período de dez anos, uma nova conferência seria realizada para ampliar as discussões realizadas e avaliar os resultados e o cumprimento dos acordos aprovados. Nesse meio tempo, várias outras conferências ambientais foram realizadas, como a COP-1 (Conferência das Partes) em Berlim, em 1995; a COP-2 em Genebra, no ano seguinte; a COP-3 em Kyoto, no ano de 1997; entre outras.

Rio + 10

A Rio+10 – cujo nome oficial foi Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – ocorreu na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, e contou com a presença de representantes de 189 países. Os principais pontos dessa cúpula foram a afirmação da questão do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos naturais renováveis e a reafirmação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proclamados dois anos antes pela ONU.

Foi nessa conferência, contudo, que se avolumaram as críticas sobre a falta de resultados concretos em prol da preservação ambiental e a posição de muitos países no sentido de não abandonarem suas ambições políticas em benefício da conservação dos recursos. Nesse sentido, a maior parte das acusações por parte de ONGs e ativistas ambientais direcionou-se aos países desenvolvidos sobre a falta de perspectivas no combate às desigualdades sociais.

Rio + 20

Novamente com realização na cidade do Rio de Janeiro, dessa vez no ano de 2012, a Rio+20 – ou Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável – reuniu um total de 193 representantes de países e uma das maiores coberturas jornalísticas mundiais de toda a história, sendo acompanhada dia a dia em todo o planeta. O resultado foi a avaliação das políticas ambientais então adotadas e a produção de um documento final intitulado O futuro que queremos, onde foi reafirmada uma série de compromissos.

No entanto, novamente as críticas apareceram, sendo essas principalmente direcionadas à falta de clareza, objetividade e ao não estabelecimento de metas concretas para que os países reduzam a emissão de poluentes e preservem ou reconstituam suas áreas naturais.

Capítulo 3

O CONTEXTO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO

De acordo com os resultados preliminares do censo de 2010, realizado pelo IBGE, a população brasileira atingiu a marca de 190.755.799 habitantes. Ao se comparar os resultados atuais com os do primeiro censo realizado no Brasil (em 1872) a população brasileira cresceu quase 20 vezes!

Porém, ao se comparar a população brasileira em 2010 com a apurada pelo censo de 2000, verifica-se um crescimento de 12,3% – que equivale a um aumento médio anual de 1,17% nesse período.

Para compreender melhor as principais características demográficas brasileiras, vamos, neste capítulo, analisar o processo de formação, os períodos de aceleração do crescimento populacional, a distribuição por gênero e por atividades econômicas, assim como os processos migratórios responsáveis pela ocupação do território. Todos esses dados e informações tornam-se fundamentais para o planejamento sustentável do território, bem como para o desenvolvimento de projetos de gestão pública ou privada que atendam às necessidades dos cidadãos brasileiros.

É importante esclarecer, inicialmente, que a periodização aqui proposta (de 1500 a 1808, de 1808 a 1872, e de 1872 a 2000) leva em conta dois marcos: o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil (em 1808) com a intensificação dos programas de imigração; e a realização do primeiro censo demográfico no Brasil (em 1872).

O POVOAMENTO

Até meados do século XVII, o povoamento no Brasil restringiu-se à faixa litorânea, porque os colonizadores portugueses se interessaram pelo desenvolvimento de uma colonização de exploração, voltada à agroexportação. Constatava-se, até aquele momento, uma pequena parcela de portugueses (que haviam imigrado); um significativo contingente de africanos escravizados (que trabalhavam nas plantations de cana-de-açúcar do Nordeste); além da população indígena nativa (já bastante reduzida por fome, doenças e guerras de extermínio).

A descoberta de importantes jazidas de minerais preciosos em Minas Gerais, entre o final do século XVII e o início do XVIII, alterou significativamente o número de habitantes e a distribuição da população no Brasil. O interesse pela mineração foi responsável pela entrada maciça de imigrantes portugueses e pela migração de grupos vindos do Nordeste e de São Paulo para a região das minas. A

mineração também motivou um forte incremento do tráfico de escravos.

O desenvolvimento da economia canieira no litoral e da mineração nas “Gerais” empurrou a pecuária para os sertões nordestino e mineiro. Entre os séculos XVII e XVIII, foi o período no qual o povoamento do interior do território teve impulso.

Nesse período, acelerou-se o ritmo de crescimento da população brasileira; essa aceleração foi influenciada diretamente pelo intenso tráfico de escravos e pela grande entrada de portugueses, bem como decorreu do próprio crescimento vegetativo da população no território brasileiro.

Ano	População
1550	15.000
1576	17.100
1583	57.000
1600	100.000
1660	184.000
1690	242.000
1700	300.000
1766	1.500.000
1770	2.502.000
1775	2.666.000
1780	2.523.000
1785	3.026.000
1790	3.225.000
1800	3.250.000

AS CORRENTES MIGRATÓRIAS

Entre 1808 e 1872, a população brasileira passou de 3,2 milhões de habitantes para mais de 9 milhões. São vários os motivos que explicam a triplicação. Um dos fatores foi a vinda da família real portuguesa em 1808 e, com ela, muitos integrantes da Coroa portuguesa. Outro fator foi o sério problema enfrentado pela porção sul do país de descontrole das terras de fronteira; para resolvê-lo, foi elaborado o decreto de 25 de novembro de 1808, pelo qual o governo poderia conceder terras a estrangeiros, promovendo a partir dessa data a imigração para o Brasil.

Em 1808, vieram portugueses e açorianos, totalizando 1.500 famílias, que se fixaram no Rio Grande do Sul e no leste de Santa Catarina. Em 1824, os primeiros imigrantes alemães no Brasil estabeleceram-se na localidade gaúcha de São Leopoldo. Em 1827, uma nova leva de alemães fundou a colônia de Rio Negro, no Paraná. Na primeira metade do século XIX, vieram prussianos para Pernambuco e alemães para São Pedro de Alcântara (Santa Catarina). Em 1819, 100 famílias de suíços fixaram-se na região de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

A ocupação do Sul por colonos de vários países europeus, nesse período, deu-se em moldes diferentes da que ocorria no restante do Brasil, apresentando as seguintes características:

- Organização da pequena propriedade de base familiar, contrastando com os latifúndios monocultores do Nordeste;
- Policultura (plantio de diversos gêneros) de subsistência, em lugar da monocultura;
- Combinação da agricultura com a pecuária;
- Introdução de técnicas agrícolas europeias e de novos gêneros na agricultura;
- Formação de numerosos núcleos urbanos.

Ainda é importante considerar a expansão cafeeira e o incremento do tráfico de escravos como um dos motivos responsáveis pelo grande crescimento da população brasileira no período. Entre 1801 e 1852, a população escrava negra cresceu tanto que chegou a representar cerca de 30% da população total do Brasil.

O lento processo de extinção da escravatura aconteceu simultaneamente à expansão cafeeira, iniciada em meados do século XIX. Prevendo a inevitável abolição da escravatura, o governo imperial resolveu incentivar a vinda de europeus para garantir mão de obra para os fazendeiros de café. A promulgação da Lei de Terras, em 1850, favoreceu o interesse dos cafeicultores, uma vez que a Coroa vendia as terras devolutas e, com isso, financiava a vinda de imigrantes.

No mesmo ano em que foi decretada a Lei de Terras, o governo assinou a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos de fora para dentro do país. Como a lei proibia o tráfico negreiro, os colonos vindos da Europa tornaram-se a principal fonte de mão de obra nas fazendas de café.

O estado de São Paulo foi a principal área de destino desses colonos. Para as fazendas paulistas vieram principalmente italianos, que, junto a portugueses e espanhóis, substituíram os escravos nas lavouras de café. Em virtude das crises que afetaram a economia cafeeira, dos obstáculos para o acesso à terra e das dificuldades de trabalho em muitas fazendas, muitos colonos dirigiram-se para os centros urbanos, onde trabalhavam nas indústrias que surgiam. Os japoneses vieram somar-se aos imigrantes acolhidos no Brasil somente no início do século XX, tendo o primeiro grupo chegado ao Porto de Santos no ano de 1908.

Desse modo, pode-se concluir que o crescimento populacional brasileiro no período de 1808 a 1872 deu-se pelo aumento do tráfico de escravos vindos da África (até por volta de 1850), pela imigração de

europeus, além do crescimento vegetativo da população.

OS CENSOS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL

Em 1872, foi elaborado o primeiro censo demográfico oficial no Brasil e, desde então, foi possível contar com dados mais apurados da população brasileira a cada dez anos. Antes desse censo, os dados populacionais eram conseguidos por meio de relatos de viajantes, que adentravam pelo interior do Brasil para vender seus produtos e traziam notícias sobre os povoados interioranos; bem como das certidões de batismo e de óbito, registradas pelas paróquias das igrejas.

Ano	População
1872	9.930.478
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.070.457
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	169.799.170
2010	190.755.799

De 1890 a 1940, as taxas de crescimento populacional do Brasil foram próximas de 1,8% ao ano. Durante esses 50 anos, o padrão predominante resultou da combinação de altas taxas de natalidade e igualmente elevadas taxas de mortalidade. Veja um exemplo dessa combinação: entre 1920 e 1940, a natalidade foi de cerca de 44‰, e a mortalidade, de mais de 25‰; como resultado, o percentual de crescimento vegetativo ficou em menos de 2%.

A maioria da população brasileira vivia, até a década de 1960, na zona rural. As crianças, desde muito cedo, eram utilizadas pelos pais como mão de obra na lavoura, de acordo com a mentalidade predominante de que uma prole numerosa representava mais braços para o trabalho e, portanto, maior renda familiar – esta era uma das razões das altas taxas de natalidade no país. Já as altas taxas de mortalidade podem ser explicadas pela carência dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água e tratamento de esgotos) e dos serviços de saúde para a maioria da população, permitindo a difusão sem controle das doenças epidêmicas e endêmicas.

ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS

Na década de 1940, verificou-se a tendência (inicialmente lenta) de redução das taxas de mortalidade, acarretando em mudança no padrão de crescimento vegetativo. Nessa época, iniciaram-se campanhas em âmbito nacional de erradicação de doenças epidêmicas, por meio de vacinação em massa e de combate aos agentes transmissores – o que contribuiu fortemente para isso foi a melhora nos sistemas de comunicação e transporte. Desde então, o número de casos de malária, tuberculose, tétano, paralisia infantil, doença de Chagas e muitas outras doenças teve uma sensível queda. Embora o sistema de saneamento básico fosse precário na maioria das cidades brasileiras, as poucas melhorias introduzidas já contribuíram para que houvesse um declínio das taxas de mortalidade entre as populações urbanas.

O declínio da mortalidade, porém, não se fez acompanhar pelo da natalidade. O que ocorreu, de fato, foi o aumento das taxas de crescimento vegetativo: a população brasileira cresceu em média, anualmente, entre 1940 e 1950, 2,39%; entre 1950 e 1960, 2,99%; e entre 1960 e 1970, 2,89%. Isso significa que, se a população total do país era de 41,2 milhões (em 1940), atingiu 93,1 milhões (em 1970), ou seja, cresceu cerca de 130% em apenas 30 anos.

O significativo crescimento vegetativo da população brasileira nas décadas de 1950 e 1960 foi a causa do alarmismo demográfico manifestado então no país. A alta taxa de natalidade era, para muitos especialistas, a causa da pobreza e um obstáculo ao desenvolvimento; por isso, o controle do crescimento vegetativo da população se imporia como uma das tarefas mais urgentes do governo. Mas, para outros, tratava-se justamente do inverso: a causa da alta natalidade era a pobreza, e, portanto, a melhor solução seria elevar o nível de vida da população (por meio de uma melhor distribuição da renda nacional) a fim de reduzir a natalidade.

Capítulo 4

CONFLITOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A Guerra Fria instaurou uma lógica nos conflitos globais após a Segunda Guerra Mundial. Os conflitos locais ou regionais, naquele período, ficavam subordinados à dinâmica da bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética; nesse contexto, a disputa pela hegemonia mundial entre as duas superpotências teve como pano de fundo o conflito ideológico entre os sistemas capitalista e socialista.

O confronto entre esses sistemas colocou em segundo plano, por quase meia década, disputas de outra ordem, que eclodiram após o declínio dos regimes socialistas europeus, em particular na ex-URSS.

Como veremos, em muitos casos os confrontos são marcados por disputas de caráter político-ideológico, por interesses econômicos ou então pela emergência de antigas rivalidades de cunho cultural e étnico, historicamente enraizadas.

CONFLITOS ATUAIS

De acordo com o relatório Barômetro dos Conflitos, em 2010 ocorreu no mundo um total de 363 conflitos. A fim de revelar uma tendência de longo prazo, os níveis de intensidade desses conflitos foram categorizados em três grupos: conflitos de alta intensidade, média intensidade e, por último, os de baixa intensidade.

Os conflitos de alta intensidade são compostos de guerras e crises severas em que há o uso da violência em massa. Já a manifestação de violência esporádica caracteriza crises de média intensidade. Os conflitos de baixa intensidade são aqueles em que não há uso da força violenta, sendo classificados em latentes ou manifestos.

OS CONFLITOS PÓS 1945

A análise dos conflitos ocorridos após 1945 indica que o total de casos por ano subiu de forma contínua entre 1945 e 2010. Considerando apenas os conflitos de alta intensidade, nota-se que houve forte aumento no início da década de 1990, quando chegaram a ocorrer 51 conflitos logo após a dissolução da União Soviética e da Iugoslávia. A partir desse período, houve uma drástica queda, interrompida em 2003 como resultado da desestabilização provocada pela Doutrina Bush.

No século XXI, uma nova realidade desenhou-se quanto à dinâmica desses conflitos: os confrontos desencadeados no interior dos Estados suplantaram os ocorridos entre Estados, e as motivações também se alteraram.

Quanto às causas determinantes desses conflitos pós-1945, o motivo mais frequente refere-se ao desacordo entre grupos que defendiam sistemas

políticos ou ideológicos diferentes. Os conflitos foram realizados com o intuito de: mudar o sistema político ou econômico de um país; promover a democracia em um Estado autoritário; impor a teocracia em um Estado laico; ou opor-se a um Estado secular.

Além desses motivos, a guerra ao terror deve ser apontada como um significativo motivador para diversos conflitos que ocorreram. A manutenção do controle sobre jazidas de petróleo e outros recursos minerais, bem como sobre gasodutos e oleodutos também influíram nas decisões de conflitos dentro e entre os Estados.

CONFLITOS NA ÁFRICA E NA ÁSIA

Entre a segunda metade do século XIX e o início do XX (período de apogeu da Revolução Industrial), cerca de um quarto do mundo estava dividido entre alguns poucos países industriais da Europa.

Cada império colonial tinha sua dimensão determinada pelo potencial militar e econômico da metrópole. Dizia-se na época que “no Império Britânico, o Sol nunca se põe”, tamanha era sua expansão no planeta.

As outras metrópoles coloniais eram a França, a Bélgica e a Holanda. Itália e Alemanha (que haviam se unificado tardiamente) eram impérios relativamente menos importantes, pois entraram com atraso na “corrida colonial”. Portugal e Espanha apenas conservavam antigas possessões – que eles ainda detinham graças aos acordos diplomáticos intraeuropeus.

Grande parte do território asiático e a quase totalidade do africano foram incorporadas pelas potências coloniais.

Hoje, na Ásia, os tâmeis do Sri Lanka almejam um país autônomo naquela ilha do Oceano Índico onde os cingaleses são majoritários; os sikhs da Índia sonham com um país independente, o Calistão; os chechenos pretendem se separar da Federação Russa; os tibetanos lutam para escapar ao domínio chinês.

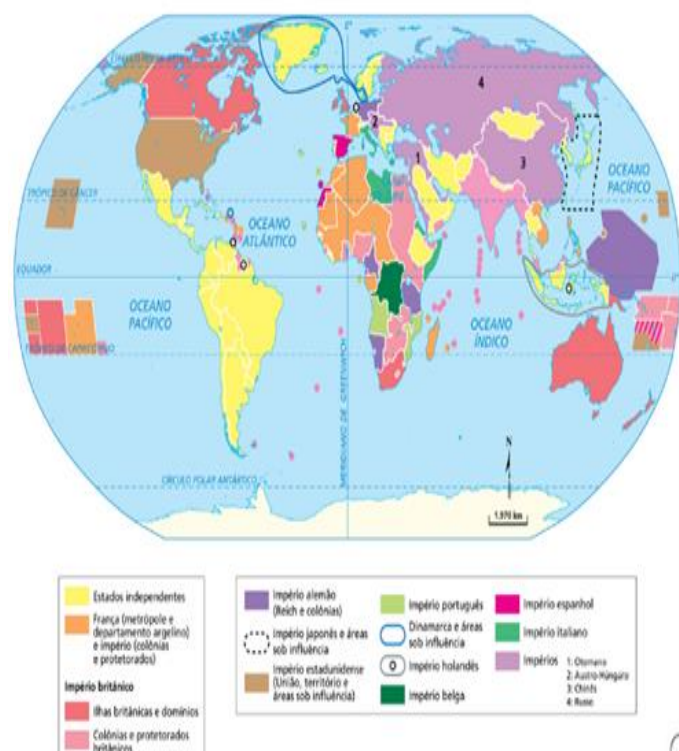
A África – que antes abrigava alguns reinos e espaços étnicos culturais – teve seu território retalhado pelas potências europeias que o disputavam. Em princípio, as possessões europeias estendiam-se bem próximo do litoral, e o interior do continente permanecia praticamente sob o domínio de soberanias tribais nativas.

A partir do Congresso de Berlim (1884-1885) e principalmente após seu término, ocorreu a efetiva partilha da África. O processo de ocupação colonial deu-se, em alguns casos, por intermédio de tratados assinados entre dirigentes tribais e representantes dos impérios coloniais; isso garantia aos nativos proteção contra prováveis invasões de etnias vizinhas. Em outros casos, expedições militares avançaram sobre o território tomando-o por meio de intervenções diretas com o uso da violência contra as etnias que apresentavam resistência.

Nesse processo, a organização espacial preexistente e as realidades sociopolíticas africanas foram ignoradas pelos poderes coloniais. Estes passaram a impor aos povos africanos, além de novos limites territoriais, os usos e costumes europeus, o idioma de suas metrópoles e as formas de organização arquitetônica e administrativa.

O processo de emancipação desses países da África assim criados foi desencadeado no fim dos anos 1950 e se completou em 1975 – quando Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (ex-colônias portuguesas) alcançaram a independência.

Após a independência, os países africanos mantiveram, em quase todos os casos, a regra de não alterar as fronteiras herdadas da colonização. Embora possa parecer estranha, essa atitude política assumida pelos novos líderes dos Estados africanos baseou-se no temor de que incontrolláveis guerras étnicas e tribais se desencadeassem para refazer o conjunto dos traçados fronteiriços. Por isso, os Estados africanos são invariavelmente multiétnicos, e alguns, como a República Democrática do Congo (o antigo Zaire) e a Nigéria, abrigam mais de uma centena de grupos etnolinguísticos.



DESAGREGAÇÃO DE ESTADOS NACIONAIS.

Os conflitos étnicos e tribais no continente africano levaram à desagregação de alguns dos Estados nacionais constituídos após o período de independência: Ruanda, Burundi, Somália e Sudão.

RUANDA E BURUNDI.

Um dos conflitos mais violentos entre grupos étnicos rivais na África foi o que envolveu as etnias hutus e tutsis, que hoje se dividem entre Ruanda e Burundi. Até a primeira metade do século XIX, as etnias tutsi e hutu viviam em relativa harmonia no território que hoje é ocupado por Ruanda e Burundi. Os tutsis (de pele mais clara, biótipo longilíneo e maior estatura) eram pastores vindos da Etiópia que fundaram seu reino na região por volta do século XV. Nessa mesma área, viviam os hutus (de pele mais escura e menor estatura), que eram um povo de tradição agrícola, originário da Bacia do Congo.

Quando a colonização se expandiu, a região (sob domínio alemão e posteriormente belga) teve sua estrutura social modificada, o que provocou uma ruptura nas relações até então vigentes. Os tutsis foram escolhidos para intermediar o processo de dominação colonial e passaram a ser treinados para o Exército, além de ocuparem cargos elevados na burocracia local. As escolas exigiam altura mínima, com o intuito de dificultar o acesso dos hutus, bem mais baixos. Assim, durante toda a colonização, os tutsis tiveram privilégios que agravaram progressivamente as diferenças étnicas.

Em 1961, a partir das ações de lideranças hutus, Ruanda tornou-se um país independente. Os membros da etnia tutsi passaram a ser perseguidos e a buscar refúgio em países vizinhos – principalmente no Burundi, onde os tutsis lideravam o governo e as Forças Armadas.

Entretanto, em 1963 grupos tutsis abrigados no Burundi armaram-se e tentaram invadir militarmente o território de Ruanda. A invasão foi contida pelas forças ruandesas, que massacraram os tutsis invasores.

Após um período de relativa paz, em 1993, o governo de Ruanda selou um acordo com as lideranças da comunidade tutsi, que garantia a volta dos refugiados ao país e sua participação na vida política nacional. A morte dos presidentes de Ruanda e de Burundi em um desastre aéreo, logo após a assinatura dos acordos, desencadeou novos massacres

No Burundi, em resposta aos atos de violência contra os tutsis, também cresceu a perseguição aos hutus. Milhares de membros dessa etnia passaram a viver, a partir desse período, na condição de refugiados em “campos de reagrupamento”, que

reúnem cerca de 10% da população do país. Outros milhares de refugiados vivem em países vizinhos, como Tanzânia e Uganda, e enfrentam problemas humanitários de grandes proporções

SOMÁLIA

Desde os anos 1990, a Somália passa por um conflito generalizado, sendo hoje um país completamente desestruturado: o aparelho de Estado desintegrou-se e os serviços públicos principais inexistem, particularmente os de segurança. Grupos tribais armados dividem o país entre si. A fome é derivada das persistentes secas que assolam seu território, agravando ainda mais essa situação de desestruturação.

Em seu litoral circulam grandes embarcações comerciais, notadamente para o transporte de petróleo de países do Oriente Médio para a Ásia e a Oceania. Essa localização estratégica, no chamado “Chifre da África”, faz com que grupos armados pratiquem atos de sequestro contra esses navios. Tal fato tornou o litoral somali uma das regiões mais perigosas do mundo para a navegação comercial.

SUDÃO.

Desde sua independência (em 1956), inúmeros conflitos internos afetaram a porção sul do território sudanês. A guerra civil entre as populações da porção norte (majoritariamente muçulmana e de origem árabe, que controlava o governo) e a porção sul (majoritariamente negra, cristã ou animista) culminou com a catástrofe humanitária ocorrida na região de Darfur, no oeste do país, entre 2002 e 2004.

A disputa por recursos naturais, sobretudo terras e água potável, foi o propulsor do acirramento das hostilidades entre populações do norte e do sul do país: 110 mil habitantes do sul fugiram de perseguições e buscaram abrigo no vizinho Chade, e mais de 10 mil foram mortos na região, em um ano e meio de enfrentamentos.

A pressão internacional (organismos e países) fez com que o governo sudanês cedesse e abrisse diálogo visando à independência da porção sul. O tratado que deu início ao processo de independência do agora Sudão do Sul foi assinado em 9 de janeiro de 2005 e previa que a decisão sobre a secessão seria tomada em um referendo com os eleitores sulistas. A consulta popular ocorreu no início de 2011, e a independência foi aprovada por mais de 98% dos votos.

Capítulo 5

ORIENTE MÉDIO: UMA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Localizado no sudoeste e no oeste da Ásia, o Oriente Médio constitui uma área de confluência dos continentes europeu, africano e asiático, fazendo ligação entre o Ocidente e o Extremo Oriente, ou seja, tem uma posição estrategicamente importante desde a Antiguidade. A superfície de seu território é de quase 7 milhões de quilômetros quadrados, sendo habitada por aproximadamente 326 milhões de pessoas.

Nos dias atuais, o Oriente Médio abriga um conjunto de quinze Estados, genericamente limitado pelos mares Negro, Cáspio, Mediterrâneo, Vermelho e Árabe (este no Oceano Índico) e pelo Golfo Pérsico.

Do ponto de vista econômico, há grandes disparidades entre os Estados da região. Os países localizados em torno da região do Golfo Pérsico – Arábia Saudita, Catar, Kuwait, Barein e Emirados Árabes Unidos, onde se encontram as grandes reservas de petróleo – exibem alta renda per capita, embora essa renda não elimine as evidentes disparidades sociais. Já o Irã e o Iraque, apesar de grandes produtores de petróleo, têm renda per capita bem menor que a de seus vizinhos no Golfo.

Dois países da região, Israel e Turquia, não têm expressão na produção petrolífera; em contrapartida, apresentam uma economia mais diversificada, especialmente o primeiro, que se destaca na produção industrial de alta tecnologia e é, sem dúvida, o mais desenvolvido de todo o Oriente Médio. Já o Afeganistão e o Iêmen, porém, estão entre os mais pobres do mundo.

O Oriente Médio abriga grande variedade de povos e foi berço de três grandes religiões monoteístas (o islamismo, o judaísmo e o cristianismo), mas são a origem árabe e o islamismo que o caracterizam cultural e historicamente.

O povo árabe tem origens muito remotas na Península Arábica, de onde se espalhou para amplas áreas da Ásia Ocidental e do Norte da África. Atualmente, são somente quatro os países do Oriente Médio que não fazem parte do chamado mundo árabe: Turquia, Irã, Afeganistão e Israel. Isso não significa, porém, superioridade demográfica, pois, em números absolutos, a população árabe reúne pouco menos que a metade da população total da região.

O islamismo (também chamado de religião muçulmana ou maometana) originou-se em Meca. Difundida pelos povos árabes, a religião islâmica ganhou, ao longo dos séculos, adeptos em amplas

áreas da Ásia Ocidental, Ásia Central e Ásia Meridional, na África do Norte e no Sahel, e até em algumas áreas dos Bálcãs. O mundo muçulmano compreende majoritariamente o mundo árabe, mas supera em grande medida as fronteiras deste último.

Os países do Oriente Médio – excetuando-se Israel – têm maioria quase absoluta de islâmicos. Os dois principais grupos representativos dessa religião são os xiitas e os sunitas – estes são resultantes de uma cisão que remonta a muitos séculos, relacionada à questão da legitimidade dos sucessores do profeta Maomé. A transposição dessa cisão ao plano político tem sido fonte de tensões e conflitos, gerando constante instabilidade em países como Iraque, Iêmen e Líbano.

Os sunitas predominam na maioria dos países do mundo islâmico, enquanto os xiitas são maioria absoluta no Irã (mais de 90%) e no Iraque (cerca de 60%). Embora representem apenas 5% da população do Irã, os sunitas mantiveram o poder político até 1979, quando uma revolução xiita derrubou a monarquia e implantou uma república islâmica no país. No Iraque, os xiitas só chegaram ao poder compartilhando-o com sunitas, após 2003 e depois da invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

A QUESTÃO DE ISRAEL E PALESTINA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio – região historicamente disputada – tem ocupado a mídia internacional como a principal zona de conflito do globo. As rivalidades não são apenas interestatais; elas existem também no interior de alguns países, expressando-se na forma de sangrentos conflitos separatistas e guerras civis. Nesse cenário, os conflitos mais persistentes e de maior dimensão política e bélica têm sido os que envolvem países árabes, Israel e os palestinos.

A Palestina é uma região histórico-geográfica cuja superfície, de aproximadamente 27 mil quilômetros quadrados, pode ser comparada à do estado de Alagoas. Seus limites são o Líbano, a Síria, a Jordânia e o Egito. banhada pelo Mar Mediterrâneo, comunica-se, ao sul, com o Mar Vermelho, através do Golfo de Ácaba. Os históricos conflitos entre árabes e israelenses ocorrem pela posse desse território.

A ocupação judaica recente dessa região está ligada à formação do movimento sionista. Em 1896, o escritor judeu húngaro Theodor Herzl lançou, em seu livro *O Estado judeu*, as bases de um movimento político-religioso que defendia a criação de um Estado nacional para os judeus.

No 1o Congresso Mundial Sionista, realizado na Basileia, Suíça, em 1897, foi aprovado um programa de compra de terras com essa finalidade, embasado nos processos de unificação da Itália e da

Alemanha. O movimento optou pela aquisição de terras na Palestina, região historicamente ligada às tradições judaicas. Inspirados por esse sentimento nacionalista, milhares de judeus iniciaram intensa migração à região. O sionismo cresceu e, com o financiamento de judeus do mundo inteiro, seus integrantes compraram muitas terras na Palestina.

Os palestinos, por sua vez, foram cada vez mais pressionados a deixar suas terras, pois eram agricultores pobres e não tinham como competir com os investimentos maciços do movimento sionista.

Além disso, foram criadas colônias agrícolas – os kibutz – protegidas por soldados armados, o que provocou um clima tenso na região.

Os ingleses, que controlavam a região, alertaram a Coroa britânica sobre os conflitos latentes. Para os judeus, aquelas terras lhes pertenciam desde a Antiguidade; já os palestinos defendiam seu direito de permanecer na região com o argumento de que habitavam o local desde tempos remotos. Surgiu, portanto, um confronto entre o direito de fato e o direito histórico.

Em 1917, o Reino Unido – por meio da Declaração Balfour – manifestou seu apoio à criação de um “lar nacional” para os judeus, motivando conflitos cada vez mais intensos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a política nazista de “purificação racial” perseguiu e massacrrou os judeus. Esse holocausto sem precedentes – somado ao acirramento dos conflitos entre árabes e judeus – fortaleceu a luta pela formação de um “lar nacional” para os judeus.

Diante da dificuldade de resolver os conflitos de interesses entre as comunidades árabe e judaica na Palestina, os britânicos transferiram a questão para a ONU, que, em 1947, aprovou um plano de partilha da área disputada, de acordo com o qual ela seria dividida em três partes: 57% do território para um Estado judeu; 42% para um Estado árabe; e a terceira parte, compreendida pela cidade de Jerusalém, ficaria sob mandato internacional, por sua importância religiosa.

O Estado de Israel foi fundado em maio de 1948, enfrentando a oposição bélica de cinco Estados árabes vizinhos: Egito, Síria, Iraque, Transjordânia (atual Jordânia) e Líbano. A vitória israelense, nesse conflito, permitiu ao novo Estado anexar parte das terras que deveriam ser do Estado árabe, passando então a controlar 78% do território da Palestina. As regiões da Faixa de Gaza e da Cisjordânia (inclusive a metade oriental de Jerusalém) – que representavam os 22% restantes – foram ocupadas, respectivamente, pelo Egito e pela Jordânia.

Parte dos árabes palestinos (cerca de um milhão) refugiou-se em territórios dos países árabes vizinhos, e uma minoria (cerca de 30 mil) permaneceu no interior do Estado de Israel, onde gozavam de direitos civis e políticos restritos. A luta pela recuperação dos territórios ocupados por Israel e pela criação de um Estado soberano deu início à chamada Questão Palestina.

Nos conflitos posteriores, os israelenses conquistaram territórios de seus vizinhos fora da Palestina. Na Guerra dos Seis Dias (1967), anexaram a Península do Sinai (do Egito), as colinas de Golã (da Síria) e a Cisjordânia (território palestino sob controle da Jordânia), além de incorporar a parte oriental da cidade de Jerusalém. Outros milhões de palestinos deixaram, então, as áreas ocupadas.

Segundo dados divulgados pela ONU, em 1993 os palestinos eram pouco mais de 6 milhões no total, e destes cerca de 50% eram considerados refugiados políticos. Nos territórios ocupados por Israel desde 1967 (Cisjordânia e Faixa de Gaza) eles são aproximadamente 2 milhões.

Das reiteradas resoluções da ONU pela restituição desses territórios, resultou apenas a devolução da Península do Sinai ao Egito, acertada nos Acordos de Camp David, de 1979. Intermináveis negociações entre sírios e israelenses não chegam a um consenso sobre a questão das colinas de Golã. A Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, por sua vez, continuam intensificando o complexo problema geopolítico conhecido como Questão Palestina.

O ESTADO PALESTINO

A obstinada luta dos palestinos pela base territorial de seu Estado iniciou-se, como visto, em 1948, mas foi somente em 1964 que se constituiu uma organização representativa de seus interesses e com visibilidade internacional: a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) – que foi liderada por Yasser Arafat, de 1969 a 2004.

O diálogo entre a OLP e o Estado de Israel foi impossível durante mais de duas décadas, pois eles se ignoravam politicamente. Esse diálogo só teve início com a assinatura de um histórico acordo – realizado em setembro de 1993, em Oslo (capital da Noruega) – e tornou-se viável em razão das profundas mudanças políticas e geopolíticas ocorridas nos cenários internacional, regional e local, no início daquela década, entre as quais destacam-se:

- A desagregação da União Soviética e a dissolução das tensões geopolíticas da Guerra Fria;
- O desfecho da Guerra do Golfo, que neutralizou o Iraque (considerado por Israel seu

principal inimigo na região) e reorientou a política externa dos países árabes;

- A marginalização pela OLP de seus grupos mais radicais;
- A volta ao poder, em Israel, do Partido Trabalhista, mais aberto ao diálogo com os palestinos;
- As pressões exercidas pelos Estados Unidos sobre o governo de Israel.

Nesse acordo – conhecido como Oslo I –, os palestinos conquistaram pleno direito sobre a maior parte da Faixa de Gaza e a cidade de Jericó, cabendo-lhes a administração civil e a segurança interna dessas áreas. Os israelenses permaneceram no comando da defesa e das relações exteriores da região.

Um novo acordo – o Oslo II – foi assinado em setembro de 1995, tendo como pontos principais a divisão provisória da Cisjordânia em três zonas:

- a Zona A, contendo as seis maiores cidades da Cisjordânia, de população predominantemente palestina, seria transferida para a administração da Autoridade Nacional Palestina;
- A Zona B, englobando quase todas as pequenas vilas palestinas, permaneceria ainda temporariamente sob controle conjunto de israelenses e palestinos;
- a Zona C, compreendendo cerca de 70% da Cisjordânia e quase todo o Vale do Rio Jordão, ficaria exclusivamente sob controle israelense.

Além disso, as negociações sobre as fronteiras definitivas dos territórios seriam iniciadas depois de aplicadas essas disposições.

Oslo II desencadeou uma cisão entre os israelenses que praticamente paralisou o processo de paz iniciado. O primeiro e mais chocante sinal dessa cisão foi, no final de 1995, o assassinato do então primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, por um compatriota fanático indignado com a devolução de terras aos palestinos. Parcela expressiva da população israelense alinhou-se aos setores políticos contrários aos acordos, porque não via nestes o caminho para uma solução definitiva.

Em 1996, o líder do Likud (partido de extrema-direita israelense), Benyamin Netanyahu, tornou-se o primeiro-ministro de Israel. No período de 1996 a 1999, Netanyahu emperrou o cronograma do processo de paz, adiando até onde pôde a aplicação do acordo de 1995, e retomou a construção de colônias judaicas na Cisjordânia e no setor árabe de Jerusalém (vale lembrar que, desde as conquistas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, em 1967, os

governos israelenses estimularam a implantação de assentamentos judaicos nas áreas ocupadas).

No entanto, a forte pressão exercida pelo governo estadunidense favoreceu um novo acordo, em outubro de 1998, após exaustivas reuniões em Wye Plantation (Estados Unidos), mediadas pelo então presidente Bill Clinton. O resultado foi a retomada das decisões de Oslo II, com mudanças importantes: 13% da Zona C seria transferida para a Zona B, e 14,2% da Zona B para a Zona A.

Em 1999, o líder trabalhista Ehud Barak foi eleito primeiro-ministro de Israel, determinado a chegar a um acordo final com os palestinos. A desocupação da Cisjordânia, prevista em Wye Plantation, foi retomada, prosseguindo até março de 2000, quando 40% dessa região já estava (parcial ou integralmente) sob controle dos palestinos. Em julho, Ehud Barak se reuniu com Arafat em Camp David (Estados Unidos), para negociar a definição do estatuto final dos territórios palestinos. Estavam em jogo questões cruciais: o traçado das fronteiras do Estado palestino; o acesso às fontes de água; o destino dos 3,8 milhões de refugiados palestinos; e o estatuto da cidade de Jerusalém.

Capítulo 6

MEIOS DE TRANSPORTE

Transporte é o movimento de mercadorias entre locais. O campo de transporte apresenta diversas características a nível de infraestrutura, veículos e operações comerciais. Por infraestrutura entende-se a rede de transporte rodoviária, ferroviária, aérea, fluvial, tubular, etc. que é usada, assim como os terminais como estradas, aeroportos, estações ferroviárias, portos, terminais de autocarro e todo o tipo de equipamento similar. Os veículos, como automóveis, bicicletas, autocarros, comboios e aviões, ou as próprias pessoas ou animais quando viajam a pé, geralmente trafegam por uma qualquer rede. As operações comerciais estão relacionadas com a maneira como os veículos operam na rede e o conjunto de procedimentos especificados para o propósito desejado, incluindo o ambiente legal (leis, códigos, regulamentos, etc.). Políticas, como por exemplo financiar o sistema, podem ser consideradas parte das operações.

De maneira ampla, o projeto da rede viária é do domínio da engenharia civil e planejamento urbano; o projeto de veículos, da engenharia mecânica e de setores especializados como engenharia náutica, e engenharia aeroespacial; e as operações são geralmente especializadas, às vezes pertencendo a engenharia de sistemas.

Os primeiros meios de transporte humanos foram a caminhada e a natação. A domesticação dos animais introduziu uma nova forma de colocar o peso dos transportes sobre criaturas mais fortes, permitindo que cargas mais pesadas fossem transportadas, com uma maior velocidade e menor duração das jornadas. Invenções como a roda e o trenó ajudaram a tornar mais eficiente o transporte por animais através da introdução de veículos. Também o transporte aquático, incluindo embarcações a remo, a boi e a vela, remonta a épocas primitivas, e foi a única forma eficiente de transporte de grandes quantidades ou em grandes distâncias até a Revolução Industrial.

O transporte pode ser realizado por meio de corpos d'água, terrestre e aéreo. Sendo assim, os meios de transporte são classificados em:

Ferrovário: é uma modalidade de transporte terrestre, em que o deslocamento é feito em trens que se movem sobre trilhos. Ele é muito vantajoso para o transporte de cargas pesadas, sobretudo de matérias-primas.

Rodoviário: também é uma forma de transporte terrestre, sendo responsável pelo transporte de pessoas e mercadorias em carros, caminhões ou ônibus, que se deslocam em ruas, rodovias ou estradas.

Marítimo: consiste em uma modalidade de transporte aquaviário, em que ocorre o deslocamento intercontinental de cargas e passageiros por mares ou oceanos.

Fluvial: é um transporte aquaviário, realizado em barcos ou balsas, que se movimentam sobre os rios.

Aéreo: é o meio de transporte mais rápido do planeta, sendo mais comum em aviões e helicópteros, mas também pode ser feito em balões. É muito eficaz para o transporte de passageiros, porém, em razão dos elevados custos e espaço reduzido, não é adequado para o transporte de cargas pesadas.

Dutoviário: é o transporte realizado por meio de tubos, podendo ser gasodutos (substâncias gasosas), oleodutos (líquidas) ou minerodutos (substâncias sólidas).

Tecnologias da informação e comunicação é uma expressão que se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos, ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, telemóveis, bem como todo software necessário. Em outras palavras, TIC consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica, de ensino e aprendizagem entre outras.

Meios de comunicação refere-se ao instrumento ou à forma de conteúdo utilizados para a realização do processo comunicacional. Quando referido a comunicação de massa, pode ser considerado sinônimo de mídia. Entretanto, outros meios de comunicação, como o telefone, não são maciços e sim individuais (ou interpessoais).

- Sonoro: telefone, rádio, Podcast.
- Escrita: jornais, diários e revistas.
- Audiovisual: televisão, cinema.
- Multimídia: diversos meios simultaneamente.
- Hipermídia: NTICs, CD-ROM, TV digital e internet, que aplica a multimídia (diversos meios simultaneamente, como escrita e audiovisual) em conjunto com a hipertextualidade (caminhos não-lineares de leitura do texto).

- O início da comunicação humana através de canais artificiais, ou seja, não através da vocalização ou gestos, remonta às pinturas rupestres antigas, aos mapas e à escrita. O Império Aquemênida desempenhou um papel importante no campo da comunicação. Eles criaram o que poderia ser descrito como o primeiro sistema postal, o que é dito ter sido desenvolvido pelo imperador persa Ciro, o Grande (c. 550 a.C.), após a conquista da Média. O papel do sistema como um aparato de inteligência para coleta de informação é bem documentado. O serviço foi mais tarde chamado *angariae*, um termo que passou a ser aplicado para um sistema fiscal. O Antigo Testamento (Ester, VIII), faz referência a este sistema: Assuero, rei de Medos, usou correios para comunicar suas decisões.

- A palavra comunicação deriva da raiz latina *communicare*. O Império Romano também concebeu o que poderia ser descrito como um sistema postal, a fim de centralizar o controle do império. Isto permitiu que cartas pessoais e oficiais reunissem o conhecimento sobre eventos em suas mais distantes províncias. Sistemas postais mais avançados apareceram mais tarde no Califado islâmico e do Império Mongol durante a Idade Média.

- A adoção de um meio de comunicação dominante foi importante o suficiente para que os historiadores tenham dividido a história da civilização em "idades", segundo o meio mais amplamente utilizado. Um livro intitulado *Five Epochs of Civilization*, de William McGaughey (Thistlerose, 2000), divide a história nas seguintes etapas: a escrita ideográfica produziu a primeira civilização; a escrita alfabética, a segunda; a impressão, a terceira; o registro e difusão elétricos, a quarta; e a comunicação por computador, a quinta civilização. A mídia afeta o que as pessoas pensam sobre si mesmas e como elas percebem as outras pessoas. O que pensamos sobre nossa auto-imagem e que imaginamos que os outros deveriam ser, vem através da mídia.

- Embora se possa argumentar que essas "épocas" são apenas uma teoria de um historiador, a comunicação digital por computador mostra evidências de mudar concretamente a forma como os seres humanos se organizam. As últimas tendências em comunicação, denominada *smartmobbing*, envolve a organização local através de dispositivos móveis, permitindo a comunicação eficiente na forma muitos-para-muitos e a criação de redes sociais.

- A tecnologia da mídia tem tornado a comunicação cada vez mais fácil. Hoje as crianças são incentivadas a utilizar meios de comunicação na escola e devem ter uma compreensão geral das diversas tecnologias disponíveis. A internet é sem

dúvida uma das ferramentas mais eficazes na mídia de comunicação. Ferramentas como o e-mail, MSN, Facebook, etc., tornaram as pessoas mais próximas e criaram novas comunidades online. No entanto, alguns podem argumentar que certos tipos de mídia podem dificultar a comunicação face-a-face e, portanto, podem resultar em complicações como a fraude de identidade.

- Numa sociedade largamente consumista, os meios eletrônicos (como a TV) e a mídia impressa (como jornais) são importantes para a distribuição da mídia de propaganda. As sociedades mais tecnologicamente avançadas têm acesso a bens e serviços através de meios de comunicação mais novos que as sociedades menos avançadas tecnologicamente.

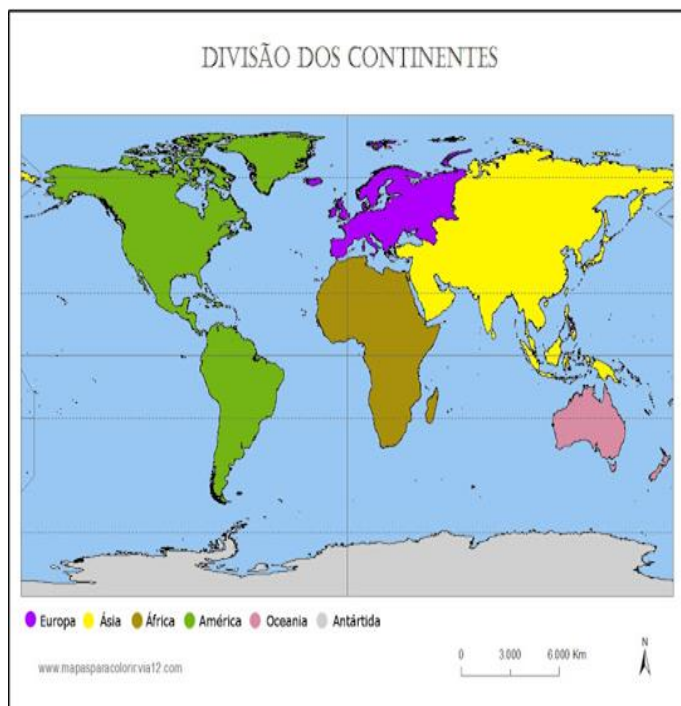
- A mídia, através dos meios de comunicação e psicologia, ajudou a interligar diversas pessoas de longe e de perto. Também contribuiu para os negócios on-line e outras atividades que têm uma versão on-line. Todos os meios destinados a afetar o comportamento humano são iniciados através da comunicação e o comportamento esperado tem fundamento na psicologia. Portanto, a compreensão da psicologia dos meios de comunicação e da mídia é fundamental para a compreensão dos efeitos sociais e individuais da mídia. O campo em expansão da psicologia dos meios de comunicação e da mídia combina estas disciplinas estabelecidas de uma forma inovadora.

- As mudanças no timing baseadas na inovação e na eficiência podem não ter uma correlação direta com a tecnologia. A revolução da informação é baseada em avanços modernos. Durante o século XIX o boom da informação surgiu através dos avanços nos sistemas postais, o aumento na acessibilidade aos jornais, assim como da fundação das escolas modernas. Estes avanços foram apenas possíveis porque aumentou o número de pessoas alfabetizadas e educadas. A metodologia da comunicação, contudo, mudou e dispersou-se em várias direções conforme os motivos do seu impacto sociocultural. O chamado "efeito sociopsicomidiático", cunhado pela mídia e pelo psicólogo Bernard Luskin, aplica-se às implicações socioculturais dos meios de comunicação na sociedade e no comportamento humano.

Capítulo 7

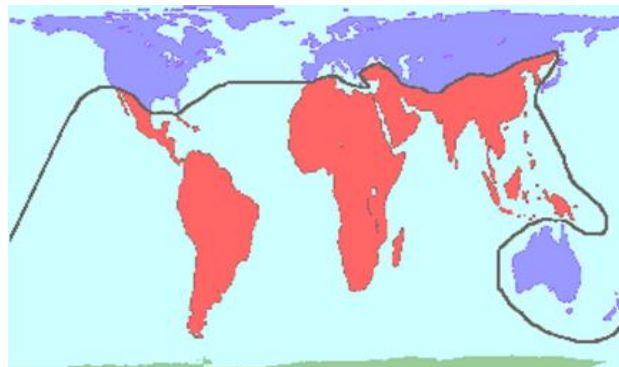
REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

A regionalização é a divisão do espaço geográfico, com critérios previamente estabelecidos, em áreas menores que passam a ser chamadas de regiões. Cada região se diferencia das outras por apresentar particularidades próprias. Qualquer espaço pode ser regionalizado, isto é redivido, um país, uma outra região, um estado, até mesmo as cidades são divididas em regiões [bairros]. Pode ser região administrativa, natural etc. No plano global o mundo também é dividido em regiões, cada continente se constitui numa região.

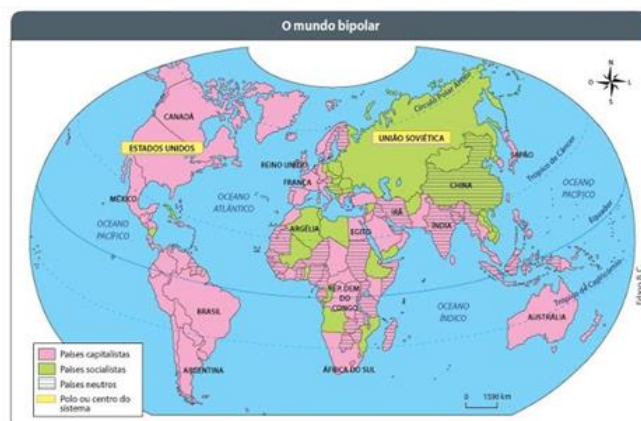


A DIT - divisão internacional [social] do trabalho tem origem há aproximadamente 5.500 anos, com o aldeamento; essa divisão social foi se aperfeiçoando até os dias atuais, quando ditam às mais diferentes regiões do mundo o que elas devem produzir e/ou consumir.

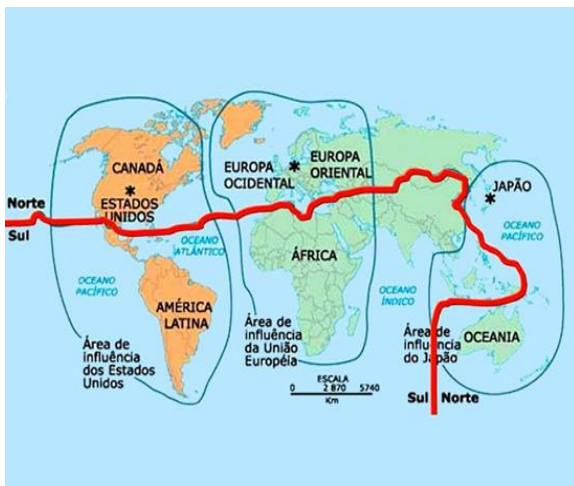
Essa desigualdade combinada se reproduz por meios desiguais como a transferência de processos de trabalho mais banais para os países subdesenvolvidos e retendo para os desenvolvidos os processos de trabalho mais sofisticados, logo, o salário é menor nos países periféricos.



Antes da Segunda Guerra Mundial havia uma ordem mundial multipolar, representada pelo Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos, Japão e Rússia. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, especialmente, a Segunda Guerra Mundial foram momentos de desequilíbrio nessa ordem multipolar. As potências europeias e o Japão saíram arrasadas da disputa. Então EUA e União Soviética passaram a dividir o mundo entre si; o mundo ingressou, então, numa ordem bipolar, que durou até 1991.



Hoje a dúvida é: qual a nova ordem mundial? Seria monopolar, com os EUA 'dominando' o mundo, ou multipolar, destacando-se, principalmente, o Japão, EUA, Europa, China? A economia mundial indica a multipolaridade com o predomínio dos EUA e forte presença dos Brics, principalmente a China, que tem uma economia saudável. Atualmente os EUA vêm passando por uma séria crise; porém o seu papel de país dominante (e representante máximo do capitalismo) é ressaltado pelo fato de que vários setores e países do mundo sofrem os efeitos dessa crise.



Capítulo 8

O CONTINENTE ASIÁTICO

Ásia é o maior dos continentes, tanto em área como em população. Abrange um terço das partes sólidas da superfície da Terra e é responsável por abrigar quase três quintos da população mundial. A Ásia faz fronteira no lado ocidental com a África e com a Europa, e no lado oriental com o oceano Pacífico, a Oceania e, em menor proporção, com a América do Norte, pelo Estreito de Bering. O ponto extremo setentrional do continente está localizado no oceano Glacial Ártico. Mas na parte meridional, a Ásia chega ao seu final na região mais quente dos trópicos, nas imediações da linha do equador. Na Ásia são encontradas algumas das montanhas mais altas do mundo; os rios mais extensos; os maiores desertos, planícies e planaltos; as selvas e florestas mais densas. A altitude máxima e a mínima está localizada na Ásia. O monte Everest, a altitude máxima do planeta, está localizada a 8 848 m acima do nível do mar; ao longo da linha fronteira da República Democrática Federal do Nepal com a região autônoma chinesa do Tibete. O litoral do mar Morto, a planície de menor altitude do mundo, estão localizadas a 396 m abaixo do nível do mar, na região fronteira do Estado de Israel com o Reino Hashemita da Jordânia.

Dos 55 países são encontradas algumas das maiores e menores nações do mundo, tanto em área como em população. A Federação Russa, cuja parte europeia corresponde a um quarto de seu território, tem três quartos de território na parte asiática, sendo duas vezes maior que os Estados Unidos e o Canadá juntos. Mas três nações asiáticas — Reino do Bahrein, República de Singapura e República das Maldivas — juntas corresponderiam à extensão territorial da ilha de Marajó. A população da República Popular da China ou da República da Índia é maior do que as populações dos continentes norte-americano e sul-americano somadas. Porém, aproximadamente dois terços dos países da Ásia tem uma população pequena em relação à da Região Metropolitana de São Paulo. O povo é enormemente diferente em árvores genealógicas, práticas ou comportamentos habituais, idiomas, crenças de religião o modus vivendi. A civilização asiática teve início há mais de 4 000 anos, muito antes de começar no mundo ocidental, em termos de atividades econômicas, manifestações culturais e desenvolvimento da ciência. O povo da Ásia fundou as cidades mais antigas, estabeleceu os sistemas de leis mais antigos e criou a figura dos agricultores e comerciantes mais antigos. Os cidadãos da Ásia foram os inventores da escrita e criaram as primeiras literaturas. Os fundadores de todas as religiões mais relevantes do mundo foram asiáticos: Buda, Confúcio, Jesus Cristo e Maomé. Os asiáticos

também foram os inventores do papel, da pólvora, da bússola e do tipo móvel.

As nações asiáticas têm vários sistemas de governo. Os comunistas são responsáveis pelo governo da China e de alguns outros países. Os monarcas governam os reinos da Arábia Saudita e a Tailândia, por exemplo. Os xeques são os controladores do Reino do Barein, do Estado do Catar e dos Emirados Árabes Unidos. Dos países da Ásia que são seguidores dos princípios da democracia, podemos citar Israel e Japão. Líderes das forças armadas passaram a exercer o controle de muitas nações da Ásia em períodos de conturbação. Os sultões de nove estados malaios ocupam a função no cargo de chefe supremo da nação. A população asiática é muito diversificada quanto tudo o que se refere ao continente. Durante o século XVI, a economia asiática declinou-se, enquanto o mundo ocidental teve rápido progresso. As nações do Oeste da Europa foram os conquistadores da parte predominante da Ásia do século XVI até o século XIX. A economia defasada entre o continente asiático e o mundo ocidental teve aumento ainda mais na época da colonização vinda da Europa. Os cidadãos da Europa e dos Estados Unidos foram responsáveis pelo desenvolvimento do sistema industrial e tiveram o início da utilização de máquinas e de outros recursos na atividade agrícola. Isto tornou possível a criação de novos empregos, o aumento produtivo, e a melhoria do nível de vida. Mas a maior parte dos países da Ásia não se desenvolveram industrialmente. Continuaram sendo países de economia baseada na agricultura, e seus agricultores empregavam na utilização de ferramentas, manuais e métodos nada modernos. Ao mesmo tempo, a explosão populacional — que ainda está a ocorrer — aumentou de modo incrível a população asiática como do mundo ocidental. Mais e mais produtos alimentícios, ocupações empregatícias, instituições de ensino, além de outras coisas básicas, tornavam-se necessidade de acordo com o aumento populacional. O mundo ocidental, por causa do desenvolvimento de sua economia, teve mais recursos do que o continente asiático para enfrentar os problemas que foram as consequências da explosão demográfica.

GEOGRAFIA

A área do continente asiático é superior a 44,5 milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a quase um terço de todas as terras emersas do nosso planeta. Só no continente moram aproximadamente 4 000 milhões * de habitantes, número que supera quase 50% da população do mundo, como resultado da densidade demográfica fora do comum e superior a 70 habitantes por quilômetro quadrado.

Essa vasta área territorial é atravessada por três paralelos: no ponto extremo setentrional, em território russo, pelo Círculo Polar Ártico; na parte meridional, pelo Trópico de Câncer; e, no centro do território arquipélago indonésio, pela linha do Equador.

Localizada quase totalmente no hemisfério setentrional, com somente uma porção dos territórios insulares do sul indonésio ocupando o hemisfério meridional, o continente asiático torna-se extenso de 10 graus de latitude ao sul da linha do Equador a 80 graus de latitude ao norte dessa mesma linha divisória. Distribuindo-se por inteiro pelo hemisfério leste, torna-se extenso de 25 para além de 180 graus de longitude a leste do Meridiano de Greenwich.

Por ser composto de uma grande extensão continental da parte setentrional para a parte meridional, a Ásia preenche espaço de todas as áreas de clima do hemisfério setentrional: equatorial, tropical, temperada e polar. Tornando-se extenso com grandiosidade também da parte oriental para a parte ocidental, é atravessada por 11 fusos horários.

Faz fronteira no lado setentrional, com o oceano Glacial Ártico; no lado meridional, com o oceano Índico; no lado oriental, com o oceano Pacífico; e no lado ocidental, com os montes Urais, com o rio Ural e com os mares Cáspio, com o Negro, com o Mediterrâneo e com o Vermelho.

O continente asiático é, desse modo, o maior de todos, onde se podem ser encontradas as mais diversos panoramas paisagísticos e tipologias de clima, como também diversidade de etnias e padronizações de desenvolvimento da economia.

RELEVO

A Ásia apresenta características contrastantes: enormes terras baixas de aluvião e de litoral e grandes formações planálticas com cordilheiras muito altas, que se tornam extensas por uma vasta área centro-meridional, entre os territórios nacionais turco e indonésio. Isso tudo faz do continente asiático o único com aproximadamente 1 000 metros de cota altimétrica média. As montanhas de maior altitude estão localizadas na cordilheira do Himalaia, mas existem outras que se espalham por toda a área territorial, situando-se no continente asiático as 18 montanhas mais altas do mundo.

O relevo asiático é caracterizado pela apresentação de seus contrastes de extremidade altimétrica:

- as cordilheiras e planaltos de maior altitude da Terra: Himalaia, Pamir e Tibete, onde se localizam as altitudes máximas do globo terrestre:

(Everest, 8.840 metros, Kanchenjunga, 8.598 metros, e muitos outros, com altitudes com mais de 7.000 metros).

- As maiores depressões absolutas do planeta: o Mar Morto, 395 metros

Algumas regiões banhadas pelas águas salgadas do oceano Pacífico fazem parte do Círculo de Fogo, ou seja, por causa de sua formação geológica ocorrida há pouco tempo estão sujeitas a erupções vulcânicas e a abalos sísmicos. É o caso do arquipélago japonês e da Indonésia.

Algumas formações planálticas são altíssimas e são intercaladas às cadeias de montanhas, como é o caso do Pamir e do Tibete, contrastando com outros de maior antiguidade, de menores altitudes, como os da Armênia, do Decã.

As planícies de rios da Ásia são revestidas com depósito aluvial trazido pelos acidentes geográficos fluviais que as percorrem e que se dirigem de modo principal para as águas salgadas dos oceanos Índico e Pacífico. As principais planícies de rios são a Indogangética (Índia), a Mesopotâmica (Irã), a Siberiana (Rússia) e as dos rios Yang-tsé (China) e Mekong (Vietnã).

A Ásia projeta, dirigindo-se aos oceanos adjacentes, várias porções peninsulares, sendo as mais relevantes a da Anatólia, a Arábica, a Hindustânica, a da Indochina e a da Coreia.

CLIMA

A vasta extensão territorial e, portanto, as diferenças de latitude, a presença alternada de áreas baixas e elevadas, a grande influência das massas de ar e ainda a continentalidade e a maritimidade trazem para o continente grande variedade de tipos de clima e, conseqüentemente, de formações vegetais.

Nas terras situadas no extremo norte predomina o clima polar, que vai se tornando mais ameno em direção ao sul. O centro do continente, por situar-se distante de influências marítimas e, em parte, devido à altitude do relevo, que bloqueia a passagem dos ventos oceânicos, é dominado pelo clima temperado continental, que alterna verões de elevadas temperaturas com invernos muito frios. Já o temperado oceânico, ocupando grandes extensões do continente, sofre variações em função da altitude do relevo, da latitude e da interioridade.

Mais para o sul, à retaguarda das grandes cordilheiras, que impedem a passagem dos ventos úmidos do oceano, encontram-se vastas extensões dominadas por clima semiárido e clima árido, formando uma extensa faixa de desertos. A Ásia abriga a maioria dos desertos existentes na Terra: da Arábia (Arábia Saudita), da Síria, de Thal (Paquistão), do Thar (ou Grande Deserto Indiano),

de Lut (ou deserto do Irã), de Gobi (Mongólia), de Taklamakan (China), Karakum (Turcomenistão), Kerman (Irã), da Judeia (Israel), de Negev (Israel).

No litoral da Ásia Ocidental surge uma faixa estreita de clima do tipo mediterrânico, enquanto nos arquipélagos do sul do continente, nas proximidades do Equador, aparecem climas de tipo quente: equatorial e tropical.

Entre todos os tipos de clima da Ásia, no entanto, o que mais diretamente influi nas condições de vida locais, sobretudo orientando as atividades agrícolas, é o tropical de monções. Abrangendo as regiões mais populosas do continente, estende-se pelas planícies costeiras da Índia e do sudeste e leste da China, com violentas chuvas durante o verão. Caracteriza-se pela atividade dos ventos, conhecidos como monções, que sopram do Índico e do Pacífico para o continente durante o verão, e do interior da Ásia para esses oceanos durante o inverno.

A ocorrência de monções se deve ao fato de que as terras continentais aquecem-se e esfriam mais rapidamente do que as águas oceânicas. Durante o verão, o interior da Ásia, ao esquentar-se, forma uma área de baixa pressão, que contrasta com as altas pressões dos oceanos, provocando o deslocamento de ventos úmidos do mar para terra. Esses ventos são as monções de verão. No inverno, ocorre o inverso: os oceanos estão mais quentes do que o continente, formando áreas de baixa pressão e atraindo os ventos continentais. São as monções de inverno.

As regiões montanhosas, independentemente de sua localização geográfica, apresentam temperaturas muito baixas, em razão da altitude.

DEMOGRAFIA

O continente asiático ocupa um espaço que corresponde a cerca de um terço de todas as terras do planeta, sendo, portanto, maior que a extensão somada de todas as Américas, ou da Europa com a África. Nessas terras vivem mais de três milhões de milhões de habitantes, ou seja, mais da metade da população mundial, resultando numa densidade demográfica de 70 habitantes por quilômetro quadrado, aproximadamente três vezes maior que a densidade média da Terra.

Embora muito numerosa, a população asiática é mal distribuída: nas planícies, sobretudo as irrigadas pelas monções, e nas grandes cidades, as densidades demográficas são altíssimas, enquanto nas regiões desérticas, montanhosas e geladas, e mesmo em áreas de climas muito quentes, a população apresenta-se rarefeita. Países como China, Índia, Indonésia, Japão, Paquistão e Bangladesh estão entre os mais populosos da Terra, enquanto outros, como a Mongólia ou mesmo

trechos setentrionais da Rússia, apresentam as mais baixas densidades demográficas do planeta.

Taxa de natalidade

Um fator que agrava o problema da má distribuição demográfica são as altas taxas de natalidade e a tendência à concentração urbana, características de todos os países subdesenvolvidos, como é o caso da maioria das nações asiáticas. Apenas alguns poucos países conseguiram sucesso em suas campanhas de planejamento familiar, reduzindo-se o crescimento populacional na China e praticamente estancando-o no Japão.

Em outros casos, a situação continua alarmante; é o que ocorre, por exemplo, com a Índia, onde a cada ano a população apresenta um crescimento vegetativo de 2,1%. Isso representa anualmente cerca de 14 milhões de crianças à espera de formação e, futuramente, de emprego. Na prática, isso se mostra economicamente impossível, o que torna ainda mais agudo o subdesenvolvimento desse e de outros países asiáticos.

Outro aspecto grave do crescimento populacional muito elevado é que ele costuma ocorrer nas áreas mais populosas, acentuando ainda mais o contraste com os vazios demográficos. Atualmente, em uma área que equivale a um quarto do território asiático, vivem 90% dos habitantes do continente, enquanto nada menos que dois quintos do território são praticamente desabitados, abrigando apenas 3% ou 4% da população total. Uma das principais razões desse fenômeno é a urbanização.

De maneira geral, as regiões que apresentam condições naturais satisfatórias são as que abrigam os maiores aglomerados populacionais; aquelas que apresentam obstáculos naturais à fixação humana, tais como a grande altitude do relevo, o clima muito frio e a aridez do solo, permanecem pouco habitadas.

Capítulo 9

As fontes de energia são recursos da natureza ou artificiais utilizados pela sociedade para a produção de algum tipo de energia. Esta, por sua vez, é utilizada com o objetivo de propiciar o deslocamento de veículos, gerar calor ou produzir eletricidade para os mais diversos fins.

Trata-se de um assunto extremamente estratégico no contexto geopolítico global, pois o desenvolvimento dos países depende de uma infraestrutura energética capaz de suprir as demandas de sua população e de suas atividades econômicas. As fontes de energia constituem-se também como uma questão ambiental, pois, a depender das formas de utilização dos diferentes recursos energéticos, graves impactos sobre a natureza podem ser ocasionados.

Os meios de transporte e comunicação, além das residências, indústrias, comércio, agricultura e vários campos da sociedade, dependem totalmente da disponibilidade de energia, tanto a eletricidade quanto os combustíveis. Por isso, com o crescimento socioeconômico de diversos países, a cada ano a procura por recursos para a geração de energia cresce, elevando também o caráter estratégico e até disputas internacionais em busca de muitos desses recursos.

As fontes de energia podem ser classificadas conforme a capacidade natural de reposição de seus recursos. Existem, assim, as chamadas fontes renováveis e as fontes não renováveis.

Fontes renováveis de energia

As fontes renováveis de energia, como o próprio nome indica, são aquelas que possuem a capacidade de serem repostas naturalmente, o que não significa que todas elas sejam inesgotáveis. Algumas delas, como o vento e a luz solar, são permanentes, mas outras, como a água, podem acabar, a depender da forma como o ser humano faz o seu uso. Vale lembrar que nem toda fonte renovável de energia é limpa, ou seja, está livre da emissão de poluentes ou de impactos ambientais em larga escala.

A seguir, podemos conferir os tipos de energia produzidos com fontes renováveis:

Energia eólica

Como já adiantamos, o vento é um recurso energético inesgotável e, portanto, renovável. Em algumas regiões do planeta, a sua frequência e intensidade são suficientes para a geração de eletricidade por meio de equipamentos específicos para essa função. Basicamente, os ventos fazem os chamados aerogeradores, que ativam turbinas e geradores que convertem a energia mecânica produzida em energia elétrica.

Atualmente, a energia eólica não é tão difundida no mundo em razão do alto custo de seus equipamentos. Todavia, alguns países já vêm adotando substancialmente esse recurso, com destaque para os Estados Unidos, China e Alemanha. A principal vantagem é a não emissão de poluentes na atmosfera e os baixos impactos ambientais.

Energia solar

A energia solar é o aproveitamento da luz do sol para a geração de eletricidade e também para o aquecimento da água para uso. Trata-se também de uma fonte inesgotável de energia, haja vista que o sol – ao menos na sua configuração atual – manter-se-á por bilhões de anos.

Existem duas formas de aproveitamento da energia solar: a fotovoltaica e a térmica. No primeiro caso, são utilizadas células específicas que lançam mão do chamado “efeito fotoelétrico” para a produção de eletricidade. No segundo caso, utiliza-se o aquecimento da água tanto para uso direto quanto para a geração de vapor, que atuará em processos de ativação de geradores de energia, lembrando que podem ser utilizados também outros tipos de líquidos.

No mundo, em razão dos elevados custos, a energia solar ainda não é muito utilizada. Todavia, gradativamente, seu aproveitamento vem crescendo tanto com a instalação de placas em residências, indústrias e grandes empreendimentos quanto com a construção de usinas solares especificamente voltadas para a geração de energia elétrica.

Energia hidrelétrica

A energia hidrelétrica corresponde ao aproveitamento da água dos rios para a movimentação das turbinas de eletricidade. No Brasil, essa é a principal fonte de energia elétrica do país, ao lado das termoeletricas, haja vista o grande potencial que o país possui em termos de disponibilidade de rios propícios para a geração de hidroeletricidade.

Nas usinas hidroelétricas, constroem-se barragens no leito do rio para o represamento da água que será utilizada no processo de geração de eletricidade. Nesse caso, o mais aconselhável é a construção de barragens em rios que apresentem desníveis em seus terrenos, com o objetivo de diminuir a superfície inundada. Por isso, é mais recomendável a instalação dessas usinas em rios de planalto, embora também seja possível em rios de planícies, porém com impactos ambientais maiores.

Biomassa

A utilização da biomassa consiste na queima de substâncias de origem orgânica para a produção de

energia, ocorrendo por meio da combustão de materiais como a lenha, o bagaço de cana e outros resíduos agrícolas, restos florestais e até excrementos de animais. É considerada uma fonte de energia renovável porque o dióxido de carbono produzido durante a queima é utilizado pela própria vegetação na realização da fotossíntese, o que significa que, desde que haja controle, o seu uso é sustentável por não alterar a macrocomposição da atmosfera terrestre.

Os biocombustíveis, de certa forma, são considerados como um tipo de biomassa, pois também são produzidos a partir de vegetais de origem orgânica para a geração de combustível, que é empregado principalmente nos meios de transporte em geral. O exemplo mais conhecido é o etanol produzido da cana-de-açúcar, mas podem existir outros compostos advindos de vegetais distintos, como a mamona, o milho e muitos outros.

Energia das marés (maremotriz)

A energia das marés – ou maremotriz – é o aproveitamento da subida e descida das marés para a produção de energia elétrica, funcionando de forma relativamente semelhante a uma barragem comum. Além das barragens, são construídos eclusas e diques, que permitem a entrada e a saída da água durante as cheias e as baixas das marés, o que propicia a movimentação das turbinas.

Fontes não renováveis de energia

As fontes não renováveis de energia são aquelas que poderão esgotar-se em um futuro relativamente próximo. Alguns recursos energéticos, como o petróleo, possuem o seu esgotamento estimado para algumas poucas décadas, o que eleva o caráter estratégico que esses elementos possuem.

A seguir, os principais tipos de recursos energéticos não renováveis:

Combustíveis fósseis

A queima de combustíveis fósseis pode ser empregada tanto para o deslocamento de veículos de pequeno, médio e grande porte quanto para a produção de eletricidade em estações termoeletricas. Os três tipos principais são: o petróleo, o carvão mineral e o gás natural, mas existem muitos outros, como o nafta e o xisto betuminoso.

Trata-se das fontes de energia mais importantes e mais disputadas pela humanidade no momento. Segundo a Agência Internacional de Energia, cerca de 81,63% de toda a matriz energética global advém dos três principais combustíveis fósseis acima citados, valor que se reduz para 56,8% quando analisamos somente o território brasileiro. Por esse motivo, muitos países

dependem da exportação desses produtos, enquanto outros tomam várias medidas geopolíticas para consegui-los.

Outra questão bastante discutida a respeito dos combustíveis fósseis refere-se aos altos índices de poluição gerados pela sua queima. Muitos estudiosos apontam que eles são os principais responsáveis pela intensificação do efeito estufa e pelo agravamento dos problemas vinculados ao aquecimento global.

Energia nuclear (atômica)

Na energia nuclear – também chamada de energia atômica –, a produção de eletricidade ocorre por intermédio do aquecimento da água, que se transforma em vapor e ativa os geradores. Nas usinas nucleares, o calor é gerado em reatores onde ocorre uma reação chamada de fissão nuclear a partir, principalmente, do urânio-235, um material altamente radioativo.

Embora as usinas nucleares gerem menos poluentes do que outras estações de operação semelhante (como as termoelétricas), elas são alvo de muitas polêmicas, pois o vazamento do lixo nuclear produzido ou a ocorrência de acidentes podem gerar graves impactos e muitas mortes. No entanto, com a emergência da questão sobre o aquecimento global, o seu uso vem sendo reconsiderado por muitos países.

Cada tipo de energia apresenta suas vantagens e desvantagens, de forma que não há nenhuma fonte que se apresente, no momento, como absoluta sobre as demais em termos de viabilidade. Algumas são baratas e abundantes, mas geram graves impactos ambientais; outras são limpas e sustentáveis, mas inviáveis financeiramente. O mais aconselhável é que, nos diferentes territórios, exista uma grande diversidade nas matrizes energéticas para atenuar os seus respectivos problemas, o que não acontece no Brasil e em boa parte dos demais países.

Capítulo 10

AS REDES DE ILEGALIDADE

Um dos aspectos mais intrigantes da globalização refere-se à forma como as novas tecnologias de circulação e comunicação passaram a influenciar a atuação das redes criminosas nas mais diferentes escalas. Para o sociólogo Manuel Castells, um dos principais estudiosos da organização em redes no mundo globalizado, as atividades criminosas da atualidade tornaram-se um fenômeno de abrangência global ao integrar diferentes fluxos materiais e imateriais em suas ações.

Articulados mundialmente, os grupos criminosos infiltram-se e exercem influência marcante nos mais diversos setores da vida social. Essa é também a constatação apresentada no relatório A globalização do crime: uma avaliação da ameaça do crime organizado além das fronteiras, editado em 2010 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). De acordo com o documento, a sociedade atual convive com riscos cada vez maiores, pois o crime organizado tornou-se um mercado em escala global, que ignora as fronteiras entre os países. Dessa forma, as redes agem indistintamente em diferentes pontos do globo terrestre, atuando junto a pequenas comunidades e também vinculando-se às gigantescas estruturas transnacionais e aos polos financeiros internacionais.

As redes criminosas da atualidade atuam em inúmeras frentes, como o tráfico de armas, de drogas, de objetos de artes, de seres humanos (imigração ilegal, trabalhos forçados, prostituição e comércio ilegal de órgãos e de crianças); o desvio de dinheiro público; a pirataria e a biopirataria; o cibercrime (roubo de senhas eletrônicas, ataques por meio de vírus, fornecimento de conteúdos de pornografia e pedofilia). Esses são alguns dos mais significativos ramos das atividades criminosas articuladas por enormes redes ilícitas internacionais. Muitas vezes denominadas máfias, essas organizações do crime encontram-se interconectadas como verdadeiras transnacionais do crime.

Este capítulo dedica-se a analisar a geografia das atividades ilícitas e a forma como essas redes articulam-se em escalas local e global, comprometendo a integridade das pessoas e a estabilidade política das nações.

A ATUAÇÃO DAS MÁFIAS

O termo máfia tem sido utilizado, indistintamente, para identificar as mais diversas ramificações do crime organizado. Do ponto de vista histórico, a máfia pode ser caracterizada como uma associação criminosa de pessoas que se unem

por meio de pacto de sangue e juramento secreto. Segundo especialistas, a palavra máfia surgiu na Sicília (Itália), no século XIX, quando famílias utilizavam a violência para proteger seus bens e ampliar sua influência.

A partir dos anos 1970, parte das associações criminosas passou a operar em diferentes setores, ampliando a quantidade de membros e a abrangência de atuação no mercado das atividades ilegais, a chamada economia subterrânea

A MÁFIA ITALIANA

A máfia italiana é formada por várias famílias organizadas em grupos distintos.

A Cosa Nostra siciliana atua como organizadora de contatos para estabelecer acordos e rotas de tráfico internacional de drogas, atividades financeiras de lavagem de dinheiro, extorsões e participação em obras públicas por meio de chantagem.

Da região de Nápoles, a Camorra conta com mais de 6 mil membros e atua em tráfico de drogas, extorsões, financiamentos ilícitos, contrabando de cigarros, loterias e jogos clandestinos, além da participação fraudulenta em obras públicas.

Do extremo sul da Itália (na Calábria), a Ndranghetta organiza-se em 144 famílias, com mais de 5 mil membros. Suas atividades criminosas estão relacionadas a extorsões, tráfico de drogas e sequestros com cobrança de resgates.

A Sacra Corona Unita age na Puglia e tem cerca de 17 famílias e mil membros. Atua em contrabando de cigarros, tráfico de drogas, extorsões, agiotagem, jogos e fraudes contra empresas e governos da Comunidade Europeia.

A máfia italiana passou a ser perseguida somente a partir da década de 1980, sobretudo em razão de dois grandes escândalos: o tráfico de influência da Loja Maçônica P-2, dirigida por Licio Gelli, e a falência fraudulenta do Banco Ambrosiano, instituição da qual o Vaticano era um dos acionistas – esses escândalos derrubaram os governos em 1981 e 1982.

Em 1984, o então primeiro-ministro socialista Bettino Craxi aliou-se a cinco outros partidos e iniciou uma série de investigações contra mafiosos e inimigos do governo. Nesse mesmo ano, membros da máfia siciliana e terroristas de extrema-direita foram presos e julgados.

Em 1991, lideranças de direita fundaram a Liga Norte – partido que defende a autonomia do norte da Itália, porção mais industrializada do país. A Liga Norte comanda politicamente a região reelegendo seus representantes, que passaram a defender o separatismo, argumentando que o sul – região do

Mezzogiorno – era economicamente atrasado e bastante ligado às máfias.

Em 1992, os juízes Giovanni Falcone e Paolo Borsellino – responsáveis pela prisão de mais de 300 membros das organizações criminosas – foram assassinados em razão das investidas contra as organizações criminosas. O resultado político das mortes levou a justiça italiana a desencadear uma ferrenha luta contra a corrupção, que ficou conhecida como Operação Mãos Limpas. Juízes e promotores deram impulso a uma apuração minuciosa nos diversos setores da administração pública, desmontando uma rede de tráfico de influências e de corrupção que se infiltrava em todas as esferas dos órgãos do Estado. Políticos de renome, ex-chefes de governo e grandes empresários foram levados ao banco dos réus e condenados pela justiça.

A MÁFIA AMERICANA

O governo dos Estados Unidos foi pressionado por políticos conservadores e por organizações religiosas puritanas e, em 1919, instituiu a Lei Seca. Essa política de restrições ao consumo de bebidas alcoólicas em todo o país tinha a intenção de frear os danos do alcoolismo, considerado um grave problema social. O resultado, porém, foi o crescimento vertiginoso do mercado ilegal de bebidas, administrado por grupos de criminosos que deram origem ao crime organizado nos Estados Unidos.

A chamada Cosa Nostra americana teve Al Capone como o personagem mais emblemático. Na década de 1920, esse gângster conduziu um dos maiores grupos de mafiosos dos Estados Unidos, cujos negócios controlavam uma imensa rede de pontos de prostituição, jogos e venda ilegal de bebidas, além de aterrorizar os adversários, corromper policiais e juízes. Foi preso somente em 1931, acusado de sonegação fiscal.

Foi nesse período que surgiu a expressão lavagem de dinheiro, usada até hoje para designar a abertura de negócios que legalizam parte do dinheiro oriundo do crime organizado. O uso da expressão iniciou-se quando foram abertas redes de lavanderias, que na verdade tinham por objetivo legalizar parte do dinheiro “sujo” acumulado pelas máfias dos Estados Unidos.

Apesar de duramente combatido nos Estados Unidos, com cerca de 20 de seus 25 chefes tendo sido presos, ainda nos dias atuais o crime organizado age em diversas cidades do país. A Cosa Nostra atua em tráfico de drogas e armas, jogos ilícitos, prostituição, extorsões, agiotagem, negócios relacionados ao comércio de alimentos e materiais de construção, bem como em lobbies junto a sindicatos. Sua estrutura congrega 3 mil membros

(conhecidos como “soldados”), em 25 famílias: cinco delas atuam em Nova York e detêm o maior prestígio e a maior influência no país. Outras ramificações de menor força estão presentes em diversos outros estados.

AS MÁFIAS ORIENTAIS

Há organizações criminosas que agem, provavelmente, em todas as partes do mundo, não apenas na Europa e nos Estados Unidos. Alguns grupos destacam-se devido à grande organização e ao tempo de existência e atuação. É o caso da máfia no Japão e das máfias da China.

O surgimento da Yakuza – a mais famosa máfia japonesa – está provavelmente ligado ao fim do regime feudal de xogunatos, em que uma parcela dos samurais (fiéis soldados dos clãs que, depois, foram considerados sem serventia) organizaram-se em comunidades criminosas.

Na atualidade, a Yakuza conta com cerca de 60 mil membros e 25 mil associados, que atuam em lavagem de dinheiro, venda de narcóticos, cassinos, roubo de cheques, compra de ações e de bens imobiliários, extravio de livros contábeis, simulação de roubos, incêndio em instalações para resgate de seguros etc. Ela divide-se em dois grandes grupos: o Sumiyochi Rengo Kai, com 7 mil membros distribuídos em 177 clãs, que agem em Tóquio e nas áreas orientais do país; e a Yamaguch-Gumi, com 23 mil membros distribuídos em 750 clãs.

Assim como outros grupos criminosos, a Yakuza possui seu código de conduta. Há numerosos rituais de iniciação para ser admitido no grupo. Seus membros tatuam quase totalmente o dorso – o que simboliza força e lealdade. Quando falham em alguma missão, têm a falange do dedo mínimo cortada; não há segunda chance: caso errem novamente, são executados.

Na China, o crime organizado age no narcotráfico, na prostituição, na extorsão, na pirataria e no contrabando. As Tríades Chinesas – como são conhecidas as organizações criminosas – agem também fora do país.

No Brasil, o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, tem feito apurações acerca do envolvimento da máfia com a entrada ilegal de chineses em nosso país através do Paraguai e também com a distribuição de mercadorias piratas contrabandeadas, principalmente CDs, DVDs e softwares.

A MÁFIA RUSSA

A máfia russa é considerada uma das maiores na atualidade: originou-se na década de 1970, durante o governo de Leonid Brejnev. Após o fim do socialismo, seus membros – infiltrados em diversas

esferas do poder – passaram a agir nos mais variados setores: tráfico de matérias-primas, de armas do antigo Exército Vermelho e até de material nuclear. Essa organização também atua em fraudes contra o patrimônio público, prostituição, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e venda de produtos falsificados no mercado paralelo. Além disso, ela é acusada de vender parte do arsenal militar da então União Soviética.

Segundo o Instituto Giovanni Falcone (organização que se dedica às pesquisas relacionadas às ciências criminais, e à prevenção da criminalidade), a máfia russa conta com cerca de 3 milhões de membros, organizados em quase 6 mil grupos – entre os quais pelo menos 200 apresentam estruturas sofisticadas, com contatos comerciais em 29 países.

O faturamento está estimado em bilhões de dólares. Acredita-se que parte dos recursos enviados pelo Fundo Monetário Internacional – para sanear a economia russa durante a crise econômica de 1998 – tenha sido desviada pela máfia russa.

O CRIME ORGANIZADO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, as redes criminosas agem particularmente no tráfico de drogas e na lavagem de dinheiro, é possível observar as principais áreas de produção, rotas do tráfico e localização dos chamados paraísos fiscais na América Latina. Como indicam as informações desse mapa, a América do Sul representa um grande mercado produtor de cocaína e maconha.

Nas décadas finais do século XX, os narcotraficantes colombianos comercializavam apenas a maconha (marijuana); posteriormente, com a intensificação da procura, passaram a exportar também a cocaína, droga derivada das folhas da coca. Naquela época, os cartéis colombianos administravam todo o ciclo dessas drogas no mundo – da produção à distribuição – e operavam com centenas de membros, em uma estrutura piramidal rígida. Os chefões controlavam áreas geográficas bem definidas e, reunidos em cartéis, maximizavam as atividades e os lucros.

Acordos entre Estados para combater o tráfico de drogas fizeram com que se alterassem as formas de ação dos narcotraficantes e se substituísse a organização piramidal por estruturas flexíveis, com divisão de tarefas entre diversos cartéis, inclusive de outros países, como o México. A Colômbia ainda é o maior produtor de cocaína do mundo, seguido pelo Peru e pela Bolívia.

Os países latino-americanos passaram também a importar ópio do Sudeste Asiático e a produzir drogas sintéticas. Essas são mais difíceis de serem combatidas que as drogas naturais, em razão da

dificuldade de localização dos “laboratórios”, que podem funcionar em casas camufladas de residências familiares.

A maior parte do transporte e da distribuição dessas drogas fica a cargo dos cartéis mexicanos, atualmente responsáveis por comercializar a droga nos Estados Unidos e no Canadá, grandes mercados consumidores. Outras remessas – administradas por grupos colombianos e brasileiros – são transportadas do Brasil para a Europa e para a África ocidental, sobretudo para organizações nigerianas, que ampliam o esquema de distribuição desses produtos na Europa.

O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA DO SUL

Na década de 1990, os governos dos Estados Unidos e da Colômbia iniciaram uma operação conjunta na fronteira colombiana com o Equador para coibir o narcotráfico na região. Para isso, os Estados Unidos enviaram US\$ 1,3 bilhão à Colômbia e disponibilizaram cerca de 1.500 especialistas no combate às drogas e à guerrilha. A ajuda financeira estadunidense foi utilizada para treinar e equipar o Exército colombiano no combate aos narcotraficantes, bem como para desarticular as forças guerrilheiras que agem no território. As operações conjuntas dos governos norte-americano e colombiano ficaram conhecidas como Plano Colômbia.

Desde os anos 1960, atuam na Colômbia as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) – organização remanescente de um período de lutas populares da década de 1940, conhecido como “La violência”. A organização conta com cerca de 10 mil membros e chegou a controlar mais de um terço do território colombiano. Alguns especialistas acusam as Farc de receber dinheiro dos narcotraficantes, por meio de um “imposto revolucionário” cobrado das pessoas que vivem em sua área de controle.

No dia 2 de junho de 2008, após haver sido mantida em cativeiro por mais de seis anos pelas Farc, a ex-candidata à Presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt, foi libertada juntamente com outros prisioneiros. Nesse mesmo ano, foram mortos alguns dos mais importantes líderes das Farc e, com isso, elas perderam cada vez mais seu poder de fogo. Mesmo assim, a organização tem buscado se reerguer, mantendo em seu poder cerca de 700 prisioneiros (que aguardam pagamento de resgate para serem libertados).

Na Colômbia, opera ainda o Exército de Libertação Nacional (ELN), movimento que também propõe a revolução popular. Com 3 mil membros, o ELN atua na fronteira com a Venezuela e se

autofinancia por meio do dinheiro de sequestros e da cobrança do “imposto revolucionário”.

Em 1981, com a intenção de combater a guerrilha, foram instituídas as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) – grupo de extrema-direita que é formado por membros e ex-membros do Exército e da polícia e que é financiado por latifundiários, grandes empresários e narcotraficantes. Essa organização paramilitar age como um esquadrão da morte, amedrontando as populações que, supostamente, colaboram com os guerrilheiros

PLANO COLÔMBIA

O Plano Colômbia buscou desarticular as áreas de plantio de coca – que, muitas vezes, se encontravam em territórios dominados pelos guerrilheiros das Farc. Os objetivos do plano passaram a ser pretexto para a ação direta do Exército colombiano nessas áreas. Além disso, o governo dos Estados Unidos chegou a propor a utilização de um fungo transgênico – o *Fusarium oxysporium* – que, aplicado nas plantações de coca, provocaria sua erradicação; os ambientalistas, evidentemente, protestaram sob a alegação de que não se conheciam todas as consequências da utilização desse fungo em áreas de floresta equatorial.

As circunstâncias em que o Plano foi executado preocuparam os países vizinhos, especialmente o Brasil, cujos territórios poderiam tornar-se refúgio de grupos guerrilheiros, de narcotraficantes e mesmo da população civil, amedrontada com a violência. Por esses motivos, o Plano Colômbia sofreu duras críticas e teve pouca adesão. Os países europeus e o Japão não o apoiaram, avaliando que a operação representaria um ataque à soberania do Estado colombiano. Países da América do Sul – sobretudo o Brasil e a Venezuela – também reagiram negativamente à operação.

Desde o início de 1980, quando garimpeiros, contrabandistas de ouro e narcotraficantes começaram a penetrar mais sistematicamente no território brasileiro, o governo federal passou a demonstrar preocupações com a fronteira norte do país.

No ano 2000, o governo brasileiro elaborou o Plano Cobra – Colômbia-Brasil, utilizando agentes da Polícia Federal para desarticular possíveis pistas de pouso na Amazônia e detectar laboratórios de refino de coca na região. As grandes preocupações do governo brasileiro eram que o Plano Colômbia levasse os narcotraficantes a ampliar ainda mais sua área de atuação no Brasil e que os Estados Unidos iniciassem algum tipo de controle militar na Amazônia.

O NARCOTRÁFICO E AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Além do combate ao narcotráfico, as autoridades estadunidenses deveriam ter investido pesadamente em campanhas para coibir o uso de entorpecentes em seu próprio território. Sabe-se que os Estados Unidos são o maior consumidor mundial da cocaína proveniente da América andina e distribuída pelos cartéis mexicanos.

A popularização da droga nos Estados Unidos remonta à década de 1980, quando jovens investidores ganharam fortunas no mercado financeiro em Wall Street e passaram a utilizar boa parte desse dinheiro no consumo de drogas, elevando o preço do produto no mercado internacional.

A regra de mercado funciona também para o tráfico: a ampliação da demanda aumenta o preço do produto e os países ricos participam alimentando o mercado da droga.

No entanto, é preciso ressaltar que as populações andinas consideram a planta não apenas como indispensável à sobrevivência, mas também como parte integrante da sua cultura. Mascar folhas de coca alivia o desconforto provocado pelo ar rarefeito das grandes altitudes, além de ser utilizado como remédio, é um elemento cultural importantíssimo em vários rituais sociais e religiosos. Os habitantes utilizam a planta in natura e em pouca quantidade; os narcotraficantes, por sua vez, precisam de 120 quilogramas de folhas para produzir 1 quilograma de pó de cocaína.

Com a erradicação das plantações de coca na região, as comunidades sofrem graves problemas econômicos, pois a renda obtida com o cultivo de outros produtos – US\$ 4,50 por semana com a laranja, por exemplo – é muito inferior ao que obtinham com a produção da folha de coca – US\$ 30 por semana –, e também é insuficiente para sustentar suas famílias.

Capítulo 11

VIOLÊNCIA E CRIME ORGANIZADO NO BRASIL

De acordo com o Mapa da violência 2011 (relatório editado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça), entre 1998 e 2008 o número total de homicídios registrados no Brasil passou de 41.950 para 50.113 – o que representa um aumento de 17,8%. O mais preocupante é que as vítimas são, na maioria absoluta dos casos, homens com idade na faixa entre 15 e 24 anos, isto é, com pleno potencial ativo do ponto de vista econômico.

Quais motivos levam a essa estatística tão indesejada? Sem dúvida, devem ser apontados desigualdade social, péssima distribuição de renda e baixos investimentos em educação e saúde.

Além disso, há as dificuldades estruturais de segurança pública para controlar a ação do crime organizado (responsáveis pelo aumento dos índices de violência). 1967, durante o regime militar no Brasil (1964 a 1984), foram definidas as funções das polícias civil e militar. A polícia civil ficou incumbida das investigações dos atos de violência contra os cidadãos e os patrimônios público e privado (homicídios, suicídios, roubos e furtos, por exemplo), tomando as providências para os encaminhamentos aos processos criminais pela justiça. À polícia militar, por sua vez, coube o papel de repressão ao crime e a atos de violência, agindo quando o poder público julga ser necessário preservar a segurança. As duas instâncias estão sob o comando da Secretaria de Segurança Pública de cada unidade da Federação. Cabe ao governo federal garantir a segurança das fronteiras brasileiras, por meio das Forças Armadas e da Polícia Federal; em situações avaliadas em comum acordo pelos governantes como de risco à ordem pública, é acionada a Força Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça.

O papel das instituições de segurança pública do país tem sido amplamente debatido e questionado na medida em que a democracia vem se fortalecendo. Várias iniciativas estão sendo tomadas para aproximar as polícias das comunidades e, assim, criar novos laços das instituições de segurança com a sociedade civil. Também existem iniciativas para integrar e, até mesmo, unificar as polícias civil e militar, com a finalidade de garantir a ação efetiva e correta das forças de segurança pública. Para isso, serão necessários treinamentos conjuntos entre policiais civis e militares; aumento dos investimentos em equipamentos adequados; bem como melhoria salarial condizente com os riscos e com o grau de responsabilidade inerente às funções exercidas.

Há que se reconhecer os esforços para a modernização do Código Penal e para a revisão do

sistema prisional. Estes, em vez de possibilitar chances de recuperação dos infratores e sua reintegração social, alongam o período de reclusão, que funciona em muitos casos como uma verdadeira escola do crime.

As ações descritas acima, contudo, não foram suficientes para diminuir a ação do crime organizado. Em decorrência disso, ainda ocorre uma escalada no consumo de drogas, principalmente entre jovens de cidades médias e pequenas. Adolescentes e jovens – vulneráveis aos traficantes – tornam-se consumidores de droga ou passam a participar de sua rede de distribuição.

Em razão do exposto, o tema tem sido foco de atenção durante as últimas campanhas eleitorais para a Presidência da República. Como o crime organizado encontra-se articulado a uma rede mundial, para combatê-lo o governo federal terá de planejar ações integradas em todo o território nacional.

O NARCOTRÁFICO E AS FACÇÕES CRIMINOSAS

Segundo dados da ONU, estima-se que em 2010 o tráfico internacional de drogas tenha gerado uma renda de, aproximadamente, US\$ 800 bilhões. Esse dado é bastante preocupante, pois, além de ser um volume gigantesco de dinheiro, que soma só poderia ser movimentada com amplo apoio do sistema financeiro internacional.

O narcotráfico e o cibercrime têm sido considerados as maiores fontes de renda do crime organizado no Brasil

O Brasil é corredor de exportação e de consumo da cocaína; é de nosso país também que partem os insumos básicos para sua produção (como o éter e a acetona). Além de centro distribuidor de droga para a Europa, o Brasil tornou-se consumidor expressivo. Segundo dados da Polícia Federal, o pagamento pelos serviços de transporte e envio da droga para o exterior passou a ser feito em espécie. Dessa forma, os traficantes – que antes intermediavam a distribuição da droga principalmente para a Europa – iniciaram um ciclo crescente de distribuição interna.

Outro recente fator de risco para a população refere-se à disseminação do consumo das pedras de crack no país. De produção muito mais barata do que o refino completo da cocaína, o crack alastrou-se em todos os recantos, tornando-se na atualidade um dos mais graves problemas de saúde pública.

O Brasil, portanto, constitui-se em um dos mais importantes centros disseminadores de drogas ilícitas do continente, além de participar ativamente na distribuição desses entorpecentes para o mercado interno

Além disso, o país tem sido utilizado como a principal área de lavagem de dinheiro do narcotráfico no Cone Sul. De acordo com dados da Polícia Federal, em 2008 4.725 pessoas foram enquadradas no crime de tráfico de entorpecentes e 1.029 no de lavagem de dinheiro.

As facções brasileiras que lideram atividades ilícitas nasceram em tempos diferentes, porém apresentam as mesmas características. Inicialmente, surgiu o Comando Vermelho (CV) – que, no final da década de 1970, se estruturou a partir do presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

Na Ilha Grande, os detentos comuns aprenderam táticas de guerrilha e de organização com os presos políticos da chamada Falange Vermelha, grupo de esquerda atuante durante o regime militar. Os procedimentos de guerrilha e organização levaram o Comando Vermelho a estabelecer um código próprio de honra e ética dentro dos presídios, orquestrando a partir desses espaços ações criminosas externas.

Nos anos 1980, o CV passou a organizar a distribuição de cocaína nos morros cariocas e, a partir de então, organizou-se de forma hierárquica, buscando o controle dos principais postos de venda e distribuição de armas e drogas no estado do Rio de Janeiro.

Seguindo os passos da organização carioca, em meados da década de 1990 surgiu em São Paulo o Primeiro Comando da Capital (PCC), também intitulado “o partido do crime”. O PCC tem forte envolvimento com o CV no Rio de Janeiro e, segundo dados da Polícia Federal, controla cerca de 30 mil presos no estado de São Paulo.

O TERRITÓRIO DO CRIME

Em geral, o senso comum ratifica preconceitos e estereótipos ao estabelecer um vínculo inequívoco entre pobreza e violência. Essa forma simplista de interpretar os problemas relacionados à violência não leva em conta que os bairros periféricos (onde a pobreza e a violência são mais visíveis) se encontram à margem das políticas públicas de inclusão social. Sem poder de articulação, esses espaços de exclusão – denominados aglomerados subnormais – transformam-se em territórios fragilizados, presas fáceis para a atuação das redes criminosas.

Um exemplo reconhecido mundialmente diz respeito à territorialidade do tráfico de drogas nos morros cariocas. Aproveitando-se da falta de infraestrutura básica e da ocupação desordenada dos espaços públicos, essas comunidades passam a ser controladas por redes criminosas – comandadas não apenas por narcotraficantes, mas também por milícias, compostas em geral por membros das forças policiais.

Com o intuito de desarticular o domínio territorial das favelas pelos narcotraficantes e milicianos, o governo do estado do Rio de Janeiro implantou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Esse modelo de segurança pública iniciou-se em 2008, com a instalação da primeira UPP no Morro de Santa Marta, e se propõe a ampliar a atuação de polícias comunitárias em áreas mantidas sob o controle das redes ilegais, propiciando a aproximação com as comunidades. Até o início de 2012, 17 comunidades cariocas tinham bases das UPP em funcionamento

De acordo com pesquisas recentes, realizadas junto às populações das favelas pacificadas, ainda perdura o temor dos habitantes com relação à forma de abordagem realizada pela polícia. Esse temor expressa dois aspectos indissociáveis; por um lado, mantém-se os estereótipos que vinculam a população das favelas ao narcotráfico; por outro, os habitantes das comunidades não conseguem enxergar a polícia como aliada, em virtude de décadas de abandono e violência sofridos. Caberá ao Estado agir prontamente para estabelecer uma política eficaz de inclusão dessas comunidades; quanto aos moradores, poderão desenvolver mecanismos de ações comunitárias, a fim de cobrar do poder público uma atuação mais imediata e efetiva.

Capítulo 12

A ECONOMIA DOS SERVIÇOS

O setor de serviços assume, cada vez mais, um papel relevante para a geração de atividades econômicas e de emprego. Sua importância é diretamente proporcional ao desenvolvimento e à diversificação da economia.

São diversos os fatores que explicam o crescimento do setor de serviços em uma sociedade. Alterações demográficas e sociais em um país – por exemplo, o crescimento da população jovem, o envelhecimento da população ou o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho – geram uma demanda por serviços como escolas especializadas em educação infantil, creches e locais de atendimento especializado a idosos. Mesmo serviços tradicionais da área de saúde (oferecidos por hospitais e clínicas) têm uma demanda que aumenta em razão do crescimento da população com idade mais avançada.

Além disso, a crescente complexidade das atividades econômicas também gera maior demanda por serviços, como assessoria contábil, consultoria e auditoria, intermediação financeira, contratação de seguros, entre outros. A existência de conflitos de ordem jurídica advindos do crescimento das atividades econômicas e da diversificação de interesses da sociedade promove maior necessidade por pessoas e empresas especializadas em Direito.

Cabe ainda ressaltar que existe uma tendência da própria atividade industrial em oferecer, além dos produtos, serviços de manutenção e orientação ao consumidor; isso implica a expansão de serviços como gerência, relações públicas, atendimento ao consumidor, sistemas de controle e de processamento de dados, automação e informática, entre muitos outros. Esses elementos permitiram tanto uma maior especialização do trabalho quanto o surgimento de profissões novas, sobretudo na área de tecnologia

Também deve-se observar que a separação entre as empresas industriais e de serviços diminui cada vez mais. Não se pode afirmar, nos dias atuais, que existam empresas exclusivamente industriais; verifica-se que o setor manufatureiro investe de forma intensa no atendimento ao consumidor, oferecendo atenção diferenciada não apenas na manutenção dos bens que comercializa (por meio das redes de serviços autorizados), mas também no suporte para o uso desses bens (por meio dos Serviços de Atendimento ao Cliente – SAC). Isso cria um elo das indústrias com o setor de serviços

Historicamente, o setor terciário tem sido definido pelo critério de exclusão: toda atividade que não se enquadra nas categorias de manufatura,

construção civil, agricultura ou extrativismo costuma ser denominada como “serviço”.

É possível avançar nessa classificação e afirmar que os serviços produzem algo que não pode ser estocado, em um processo de contato direto entre produtor e consumidor.

Tal relação de proximidade é importante para a atividade terciária, pois uma de suas tendências é a crescente customização, isto é, a personalização de seus produtos e de seu atendimento.

É possível associar o grau de importância do setor de serviços em uma sociedade a partir do desenvolvimento do meio técnico-científico.

O terciário é o setor mais representativo da Revolução Técnico-Científico-Informacional; por isso apresentou forte expansão no decorrer do século XX (particularmente a partir da década de 1960), em função dos avanços da microeletrônica, promovendo o incremento de atividades como telecomunicações, transportes e serviços financeiros.

É importante destacar que uma maneira de caracterizar o grau de desenvolvimento e diversificação econômica de uma sociedade é comparar a participação relativa dos três principais setores de atividade – agropecuária, indústria e serviços – na produção total do país e no total de empregos

A agropecuária é o setor que primeiro se desenvolveu, mas mudanças nos meios técnicos e a consequente sofisticação da produção fizeram com que perdesse a primazia, dando lugar ao aumento no setor industrial, e, posteriormente, ao incremento do setor de serviços.

À medida que a renda da população aumenta, tendem a aumentar as demandas de saúde, educação, informação, entretenimento e turismo e lazer. Os postos de trabalho gerados pelas atividades do setor de serviços tendem a intensificar sua participação no total dos empregos de um país em desenvolvimento. Isso se explica porque os avanços tecnológicos – que, em geral, são poupadores de mão de obra na agricultura e na indústria – não têm o mesmo efeito no setor de serviços.

Grande parte dos postos de trabalho gerados no setor terciário não pode ser ocupada por máquinas; o que indica a razão pela qual o emprego continua a crescer nesse setor, enquanto diminui na indústria e na agricultura, em razão do progresso tecnológico que otimiza a produtividade e elimina postos de trabalho. Em países mais desenvolvidos, o setor de serviços substituiu o industrial na liderança da economia; em alguns países como nos Estados

Unidos e no Canadá, o emprego terciário já representa mais de 70% do total.

Geralmente, países de renda alta ou média apresentam progressiva redução da participação da indústria em sua produção total. Cenário diferente ocorre em países mais pobres, que ainda não completaram seu processo de industrialização e, por isso, mantêm relativamente alta a participação da indústria no PIB. Mesmo nesses países, o setor de serviços cresce em relação à produção econômica total.

Os dados a seguir são bastante ilustrativos desse processo: no final da década de 1990, a participação relativa dos serviços representava quase dois terços do PIB mundial; no início dos anos 1980, era de aproximadamente a metade do PIB mundial.



Fonte: WORLD BANK. Beyond Economic Growth. Disponível em: <www.worldbank.org/depweb/english/beyond/global/chapter9.html>. Acesso em outubro de 2011.

Nas duas últimas décadas, é notável uma tendência viabilizada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação: a transferência de setores inteiros de prestação de serviços, de atendimento ao consumidor ou mesmo de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para países menos desenvolvidos, onde mesmo a mão de obra mais qualificada é remunerada com salários mais baixos em relação aos países mais desenvolvidos.

A Índia tem se destacado como líder no setor de terceirização de serviços de informática, produção de softwares e atendimento via telefone e internet (os chamados call centers) para grandes empresas, sobretudo dos Estados Unidos e de países da Europa. A liderança indiana ocorre em decorrência, especialmente, de três fatores: o idioma oficial herdado dos colonizadores, que beneficia seu contato com países de língua inglesa; o salário médio, em geral muito inferior aos praticados nos países ricos; e o fuso horário, sobretudo em relação aos Estados Unidos (as empresas indianas podem prestar serviços enquanto é noite naquele país). Relatórios de contabilidade, produtos digitais, serviços de tecnologia da informação (TI), entre outros, estarão disponíveis para os funcionários

estadunidenses das matrizes das empresas logo nas primeiras horas do dia. Já os call centers indianos, normalmente, iniciam suas operações a partir das 18 horas (horário local) e seus funcionários trabalham durante toda a noite para atender clientes nos Estados Unidos em período diurno.

A área em que o setor de serviços cresce de forma mais acelerada é a que está ligada ao conhecimento e à informação: educação, inovação científica e tecnológica, pesquisa e desenvolvimento, comunicações (telefonia e internet), além de serviços de atendimento ao consumidor e aqueles destinados à administração de empresas (consultoria contábil, financeira e jurídica).

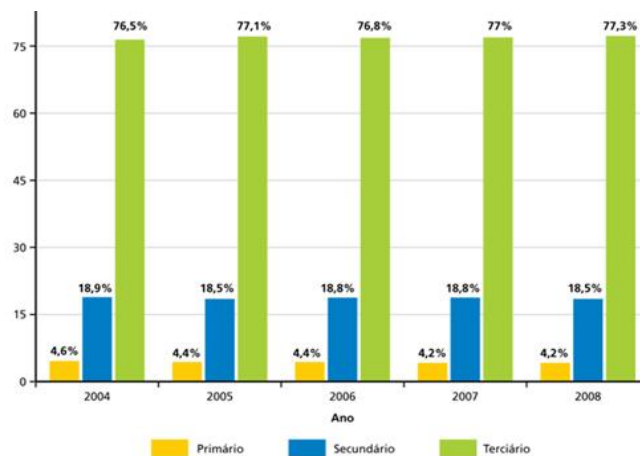
Essa preponderância dos serviços ligados ao conhecimento é resultante da revolução ocorrida na segunda metade do século XX – que testemunhou uma acentuada aceleração dos avanços no meio técnico-científico-informacional e de suas aplicações econômicas sob a forma de novas tecnologias e de novos bens de consumo.

Desse modo, é provável que a produção de serviços exija relativamente menos recursos naturais e mais capital humano; conforme esse setor ganha importância na economia, amplia também a necessidade de trabalhadores mais escolarizados.

A EXPANSÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL

No Brasil, o setor de serviços surgiu de modo complementar ao processo de industrialização a partir da década de 1970. Atividades financeiras, de transporte e de comunicações lideraram a expansão do setor terciário em complementaridade à atividade industrial.

A partir do mesmo período, os serviços de comércio começaram a se expandir em ritmo equivalente aos serviços destinados à produção industrial. Tal expansão é justificada pelo intenso processo de urbanização, que gerou novas necessidades de consumo para os moradores de grandes cidades. Os dados do estado de São Paulo são exemplares dessa evolução: a população empregada no setor terciário passou de 46% (em 1981) para 54,5% (em 1990). Hoje, no Brasil, mais de 70% da população está empregada nesse setor



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1292866229.ppt>. Acesso em outubro de 2011.

Nos últimos anos, o crescimento do consumo tem levado grandes empresas transnacionais a investirem pesadamente na aquisição ou na formação de redes de comércio varejista em território nacional. Grandes redes estrangeiras de hipermercados vêm se instalando no país, em um movimento que é parte do fluxo de investimentos estrangeiros nesse setor ligado ao consumo de bens duráveis e não duráveis. O setor terciário é responsável pelo maior volume de investimento estrangeiro direto no Brasil.

Houve um notável aumento de empregos no setor de serviços, embora grande parte dele tenha ocorrido em empreendimentos informais (ou seja, em estabelecimentos que não são legalizados). Por isso, uma parcela dos empregos gerados pelo setor terciário no Brasil, ainda hoje, não conta com a cobertura de benefícios trabalhistas previstos em lei.

Essa característica difere da expansão de empregos em serviços nos países mais desenvolvidos, cujas contratações ocorrem em setores ligados à tecnologia e à informação, exigindo mão de obra mais qualificada. Embora esse processo também possa ser percebido no Brasil, uma parcela significativa dos empregos gerados no setor de serviços do país tem se dado em micro e pequenas empresas e elas nem sempre estão devidamente formalizadas

Assim, o processo de crescimento do emprego no setor terciário brasileiro é marcado por tendências contraditórias: estão sendo gerados empregos em setores tradicionais, como o serviço público (saúde e educação), em setores de ponta (tecnologia da informação), e, ao mesmo tempo, postos de trabalho marcados pela precariedade e pela baixa remuneração.

Também deve-se destacar o crescimento do número de trabalhadores autônomos, que atuam em diversas atividades que compõem o setor de serviços.

Capítulo 13

JAPÃO: POTÊNCIA MUNDIAL

Localizado em um arquipélago do Hemisfério Norte, o Japão está em uma zona de média latitude, no extremo leste da Ásia.

Conheça a seguir as principais características naturais, populacionais e econômicas desse país, que se industrializou na segunda metade do século XIX e é hoje uma das maiores potências econômicas do planeta.

Formado por quatro ilhas de maior extensão — Honshu, Hokkaido, Kyushu e Shikoku — e por mais de 3 mil ilhas menores, o território japonês totaliza uma área de 377.915 quilômetros quadrados — pouco maior que o estado de Mato Grosso do Sul, com 357.145 quilômetros quadrados. O Japão se localiza na zona de encontro das placas tectônicas do Pacífico, das Filipinas e Euroasiática, o que explica a ocorrência de terremotos e maremotos e a existência de vulcões em seu território.

Aproximadamente 70% do território japonês é constituído por montanhas, o que dificulta a agricultura, mas contribui para a preservação da cobertura vegetal. Apesar do relevo acidentado, a tecnologia conseguiu unir as quatro ilhas principais por pontes e túneis, o que permitiu a integração de seu território.

Por ser um arquipélago, o Japão é um país de extenso litoral, com cerca de 28 mil quilômetros expostos à ação das massas de ar úmido provenientes do oceano

A população japonesa concentra-se nas planícies litorâneas, que, por sua vez, constituem as principais áreas de desenvolvimento econômico do país, onde se localizam os centros industriais e as grandes cidades, como Tóquio, Osaka, Nagoya, entre outras. É nessa região que também se desenvolvem a pesca, a agricultura de arroz em campos alagados e outros cultivos.

A ERA MEIJI

Em 1868, foi restaurado o poder imperial no Japão, subtraindo-se dos xoguns o poder feudal que exerciam desde o século XII. Subiu ao trono, então, o jovem imperador Mitsuhiro, conhecido por Meiji.

A Era Meiji (1868-1912) foi um período de grandes mudanças na história do Japão: nesse curto intervalo de tempo, graças ao incentivo do Estado, o país concluiu sua revolução industrial. Assim, apoiadas pelo imperador, algumas famílias formaram poderosos grupos econômicos e industriais, chamados de Zaibatsu.

Após a Segunda Guerra Mundial, o país, destruído, recebeu maciços investimentos dos Estados Unidos, que temiam as investidas

soviéticas na ilha. Com isso, o governo japonês investiu em educação, tecnologia e formação de mão de obra qualificada, atingindo um crescimento industrial tão vertiginoso que alguns observadores internacionais chegaram a afirmar que o país passava por um “milagre econômico”.

Atualmente, as grandes empresas japonesas formam verdadeiros impérios industriais, empregando milhares de pessoas e atuando praticamente em todo o mundo.

A organização da produção industrial japonesa baseia-se em dois grupos de empresas: as grandes corporações industriais e as pequenas e médias empresas, que fornecem às grandes as peças necessárias à fabricação de produtos mais complexos.

Entre as grandes corporações industriais estão as transnacionais (Toyota, Nissan, Hitachi, Honda, Nippon etc.) — o faturamento anual de cada uma supera bilhões de dólares. Algumas transnacionais formam verdadeiros conglomerados e atuam em diversos ramos de produção — eletrônico, petroquímico, de mineração, metalúrgico, bancário, automobilístico etc. —, exercendo enorme influência na economia mundial, tanto na esfera financeira como na política.

A AGRICULTURA JAPONESA.

Como você viu, cerca de 70% do território japonês é ocupado por montanhas, o que limita a área de cultivo no arquipélago. As terras agricultáveis ocupam apenas 14,3% da superfície, cerca de 5,4 milhões de hectares.

Para compensar o pouco espaço disponível para a agricultura, a terra é trabalhada para obter elevada produtividade, com o emprego de adubos, máquinas, irrigação, rotação de culturas e muitos outros procedimentos técnicos. Todas as áreas são aproveitadas, mesmo as situadas em colinas e morros, e a agricultura japonesa chega a obter, em uma mesma área, até quatro colheitas anuais.

As propriedades rurais são pequenas, com área média cultivável de 1,7 hectare. Mas, de modo geral, predominam as propriedades com menos de 1 hectare, que somadas representam cerca de 71% do total.

Os principais produtos agrícolas do Japão são: arroz, trigo, cevada, batata, hortaliças e frutos. O arroz ocupa 60% da área cultivada e apresenta o maior índice de produtividade do mundo. Nos últimos anos, entretanto, esse cereal, cuja produção era totalmente consumida pela população, tem apresentado excedentes em razão das mudanças dos hábitos alimentares da sociedade japonesa. Isso levou as autoridades a incentivar a produção de frutos e hortaliças e a criação de gado bovino.

A produção agrícola, apesar de elevada, é insuficiente para atender ao consumo do país. O Japão produz cerca de 75% de suas necessidades alimentares, mas depende da importação de produtos como trigo, açúcar, milho, soja e carne.

O ESPAÇO INDUSTRIAL JAPONÊS

Apesar da posição ocupada pelo Japão na economia mundial, com o terceiro maior PIB do mundo (2014), o desenvolvimento industrial desse país depende da importação de matérias-primas, pois o território japonês é limitado em recursos minerais. Assim, o Japão importa todo o petróleo de que necessita, cerca de 90% do minério de ferro e manganês, 80% do cobre e muitas outras matérias-primas necessárias para abastecer suas indústrias.

Para superar essa limitação, o país adotou uma agressiva política de exportação. Com preços competitivos, resultado do desenvolvimento de inovações tecnológicas na produção, conquistou grandes mercados, não só asiáticos, mas também norte-americanos e europeus. Além disso, investiu maciçamente na atividade mineradora fora de seu território, garantindo o suprimento de matérias-primas importantes, e estimulou a pesquisa científica e tecnológica, tornando-se líder em inovações, por exemplo, na robótica.

PECUÁRIA E PESCA

Assim como a agricultura, a pecuária enfrenta problemas de espaço no Japão. Apesar de não existirem áreas para a ampliação de pastagens, tem crescido o consumo de carne, leite e derivados, o que é suprido por meio do aumento das importações.

O rebanho é pequeno em relação à população de mais de 126 milhões de pessoas (em 2015). O gado de corte e o leiteiro totalizam apenas 4,3 milhões de cabeças, o que corresponde à relação de uma cabeça de gado para cada grupo de 29 pessoas (no Brasil a relação é de uma por habitante). O rebanho de suínos é mais numeroso, somando aproximadamente 10 milhões de cabeças.

Merece destaque a atividade pesqueira. O Japão se destaca como o quarto país na produção de peixe, sendo superado por China, Indonésia e Índia (em 2013). Os produtos da pesca têm grande importância na alimentação da população, sendo a principal fonte de proteínas.

Capítulo 14

ASCENSÃO DA ÁFRICA

O continente africano apresenta extensas superfícies cratônicas com rochas cristalinas muito resistentes (magmáticas ou metamórficas) de tectônica estável e ricas em recursos minerais, ainda que muito desgastadas pela erosão. Parte dessas estruturas cratônicas foram recobertas por camadas de sedimentos, que deram origem a plataformas sedimentares. Sedimentos de origem marinha formaram as jazidas petrolíferas do Saara.

Em consequência do intenso processo erosivo das rochas mais antigas, grande parte do continente africano apresenta altitudes médias inferiores a 1.500 metros. No entanto, cordilheiras montanhosas de formação recente também estão presentes na África.

No extremo norte, paralela ao litoral do Mar Mediterrâneo, destaca-se a Cadeia do Atlas. Os picos mais altos do continente situam-se nas elevações que emergiram nos planaltos da África Oriental. Esse é o caso do Monte Quilimanjaro, ponto culminante do continente, com 5.895 metros de altitude e, do Monte Quênia, com 5.199 metros. Vulcões ativos e inativos formam essas elevações, comprovando a existência de intensa atividade geológica na região.

A distribuição das principais formações vegetais na África está bastante relacionada com a variação climática latitudinal. A faixa de clima equatorial é dominada pelas florestas equatoriais; à medida que o clima se torna mais seco, observa-se uma sucessão de savanas, estepes e desertos. Tanto no extremo norte como no extremo sul, há a ocorrência de vegetação mediterrânea arbustiva e arbórea.

DIVERSIDADE CULTURAL DA ÁFRICA

A ocupação da África é tão antiga quanto a história da humanidade. De acordo com a maioria das pesquisas realizadas sobre a origem da espécie humana, nossos ancestrais maias antigos viveram no continente africano. Talvez por isso haja tanta diversidade humana na África e seja tão difícil conhecer todos os grupos étnicos, culturais e linguísticos que ali vivem.

As análises das línguas faladas no continente ajudam a compreender como a população primitiva se dispersou pelo continente.

Apesar da enorme diversidade cultural e étnica da África, costuma-se dividir o continente africano em dois grandes conjuntos culturais separados pelo Saara: a África do Norte e a África Subsaariana. Além das diferenças naturais, essas duas regiões têm trajetórias históricas específicas.

ÁFRICA DO NORTE

O norte da África fez parte da história das culturas que se desenvolveram na bacia do Mar Mediterrâneo desde a Antiguidade.

O deserto do Saara, maior deserto do mundo, localiza-se ao norte da África. Por sua grande extensão (cerca de 7.500.000 km²), era um obstáculo para os viajantes vindos do Mar Mediterrâneo. Entretanto, estabeleceu-se um tráfego para o interior do continente, composto de caravanas de beduínos — comunidades nômades que detêm até hoje o conhecimento sobre a sucessão de dunas de areia, vales e maciços montanhosos saarianos.

A região denominada África do Norte permaneceu integrada à Europa mediterrânea e ao Oriente Médio durante grande parte de sua história, recebendo, portanto, as mais variadas influências culturais. Na Antiguidade, esteve sob o domínio do Império Romano. Entre os séculos VII e VIII, foi conquistada pelos árabes. Atualmente, nessa parte do continente africano predomina a população árabe e islâmica. Essa região é a mais rica em petróleo e gás natural da África.

Os árabes costumavam referir-se às terras africanas situadas ao sul do Saara como o “país dos negros”, em razão da cor da pele da maioria de seus nativos.

ÁFRICA SUBSAARIANA

As semelhanças de estrutura e vocabulário entre as línguas da grande maioria dos povos ao sul do Saara não deixam dúvidas de uma origem étnica comum na região. Essa população, que até hoje fala as chamadas línguas bantas, deve ter se dispersado a partir das bacias dos rios Congo e Zambeze.

A África Subsaariana situa-se ao sul do Saara, onde ocorrem áreas semiáridas de transição entre o deserto e as savanas tropicais. Nas áreas úmidas centro-africanas desenvolve-se a exuberante floresta equatorial; ao sul, com a presença do deserto de Kalahari, a vegetação torna-se novamente escassa.

O principal corredor sempre foi o Nilo, cuja navegação permitia a circulação entre a costa mediterrânea e o sul do Saara, estabelecendo-se o contato com os povos dessa região. Foi dessa forma que povos não árabes tomaram contato com o islamismo, que se difundiu na borda meridional do Saara, onde atualmente a população muçulmana predomina.

Partindo do norte da África, o islamismo chegou à zona tropical no século XI. A colonização africana pelos europeus, no século XIX, disseminou o cristianismo na África Subsaariana. O catolicismo

foi difundido pela França e por Portugal; o protestantismo, pela Inglaterra.

No século XV, quando os europeus desembarcaram no continente, os povos da África Subsaariana não conheciam a roda nem o arado: a enxada e o machado eram os principais instrumentos. A irrigação também era pouco praticada. Na maior parte da África ao sul do Saara, não havia impérios organizados ou grandes cidades. A escrita só existia em algumas regiões da costa do Oceano Índico, introduzida pelos povos islâmicos. É por isso que as tradições orais, transmitidas pelos griôs (contadores de histórias), sempre foram muito importantes para a preservação dos conhecimentos acumulados pelas sociedades da África Subsaariana.

INDICADORES SOCIAIS NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Dados da ONU de 2014 indicam que a África Subsaariana apresentou o mais baixo IDH de todas as regiões do mundo, com um índice de 0,502, quando o valor global médio foi de 0,702. Também apresentou a mais baixa esperança de vida, de 50,5 anos, enquanto a média global era de 61,75 anos. Nessa região, residem 24,7 milhões de pessoas portadoras do vírus HIV e, 40% dos trabalhadores vivem em famílias cuja renda diária é inferior a 1,25 dólar por pessoa.

A região do Sahel (costa do deserto) é uma faixa de transição semiárida, com vegetação de estepe, entre o deserto do Saara e as áreas úmidas do centro africano e se estende do oceano Atlântico ao mar Vermelho. Por causa da intensa utilização pela agricultura e pecuária extensivas em região semiárida e da retirada das formações arbustivas, a desertificação avança nessa área, provocando grandes problemas socioambientais e intensa migração. Aí se encontram territórios de alguns dos países mais pobres do planeta. Crises de fome e guerras civis ocorrem constantemente na região.

ÁFRICA DIVIDA

A presença europeia na África rompeu de maneira dramática o isolamento da África Subsaariana. Desde o século XVI, a região integrou-se ao mundo como fornecedora de quantidades crescentes de escravizados para as plantations americanas. Estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, 15 milhões de africanos tenham sido forçados a deixar a África e que cerca de 3 a 5 milhões tenham sido trazidos para a América portuguesa.

No final do século XIX, iniciou-se uma segunda fase da dominação europeia, que envolveu a África do Norte. Dessa vez, os europeus cobiçavam o território e as riquezas naturais. A Europa se industrializava e precisava de uma quantidade crescente de matérias-primas.

A PARTILHA DA ÁFRICA

Em 1885, durante o Congresso de Berlim, foi decidido que o território africano seria partilhado entre as principais potências coloniais europeias: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido. Cada uma delas tinha de ocupar seu espaço o mais rápido possível, sob pena de perder a possessão. O território africano foi inteiramente retalhado: só a pequena Libéria e a Abissínia (atual Etiópia) continuaram independentes.

Como as fronteiras coloniais foram traçadas de acordo com o poderio de cada potência, e não de acordo com as realidades culturais existentes na África, muitas vezes elas separaram uma mesma etnia em dois ou três territórios controlados por potências diferentes ou unificaram inimigos históricos em uma mesma colônia, gerando instabilidades políticas.

A DESCOLONIZAÇÃO

Com a Europa enfraquecida pelas guerras mundiais, iniciou-se o processo de descolonização da África. As fronteiras dos países foram traçadas considerando os limites estabelecidos pelas potências coloniais europeias. A formação dos novos Estados no continente reuniu diferentes grupos étnicos, com poucos traços culturais em comum. Apenas na África Oriental, na região dos Grandes Lagos, Burkina Fasso e Mali (antigos reinos) serviram de base para a formação dos territórios nacionais.

A maioria dos grupos étnicos, organizados em economias de subsistência e comandados por autoridades do seu próprio clã, foi submetida a transformações de suas práticas religiosas e substituição das tradições orais pela cultura letrada. Esses fatos transformaram-se nas principais bandeiras de luta pelos direitos desses povos durante o processo de descolonização, o que veio a fortalecer o movimento do pan-africanismo.

Tanto o movimento pan-africano (que reivindicava liberdades civis e igualdade de condições entre negros e brancos) como o pan-arabismo (que aglutinou forças de oposição aos governos locais) contribuíram para que, em grande parte dos casos, a independência dos Estados africanos fosse negociada. Mas também ocorreram violentos conflitos armados, como na Argélia, em Angola e em Moçambique.

ECONOMIA E RECURSOS NATURAIS

Desde o período colonial, o continente africano se transformou em grande fornecedor de produtos agrícolas e minerais para o mercado mundial. Até hoje, grande parte dos países que se formaram na África vive das exportações primárias. Na África Ocidental, em especial na Nigéria, em Gana, na

Costa do Marfim e no Senegal, as plantações tropicais, baseadas na monocultura de exportação, substituíram a tradicional agricultura de subsistência nas terras mais férteis. Esses países são grandes exportadores de produtos agrícolas, principalmente cacau, café, algodão e amendoim, mas dependem de importações para obter alimentos que, em geral, são insuficientes para atender à população.

AGRICULTURA E RIQUEZAS MINERAIS

Quase metade das terras cultiváveis da África está localizada na faixa tropical. Nas áreas de floresta tropical, a agricultura de subsistência caracteriza-se pelas práticas tradicionais de rotação de terras por meio das queimadas e de cultivo dos solos pouco férteis das matas. Nas savanas, produz milho, sorgo e inhame. Nas margens úmidas dos grandes rios, desenvolve-se a agricultura irrigada do arroz.

À medida que o ambiente se torna mais árido, nas bordas dos desertos do Saara e do Kalahari, a relação entre o total de habitantes e o volume da produção de alimentos é ainda mais crítica, gerando pressão demográfica sobre os recursos e estresse hídrico (disponibilidade inferior a 1.700 m³ de água ao ano por habitante).

A África tem o maior potencial energético do planeta em termos hidrográfico, térmico, solar e eólico. As riquezas minerais do continente representam 8% do total da produção mundial. Muitos dos produtos minerais comercializados no mercado global dependem da produção africana: platina (90%), cobalto (60%) e ouro (40%).

O imenso potencial energético da África vem se transformando em forte componente para o desenvolvimento econômico do continente, que concentra 9,5% das reservas mundiais de petróleo e gás natural, além de 6% das reservas de carvão mineral, 20% das de urânio e 33% do potencial hidrelétrico.

POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Apesar do baixo dinamismo econômico, a África apresentou, a partir da década de 1950, uma enorme explosão demográfica: em 50 anos a população quadruplicou. Em 2015, o continente africano possuía mais de 1,1 bilhão de habitantes (quase 16% da população mundial).

A atual taxa de crescimento populacional da África é a mais elevada do mundo: 2,3% ao ano. Nesse ritmo, a população africana deverá dobrar até 2050, segundo estimativas.

A taxa de fecundidade elevada é o principal fator da manutenção do crescimento vegetativo (diferença entre o número de nascimentos e mortes que representa o crescimento natural da população

local) e da grande quantidade de jovens presente nos países africanos. Apesar disso, a elevada urbanização que causa a concentração da população nas grandes cidades já começa a alterar esse quadro no território, porém, de maneira desigual.

Em 2014, segundo a ONU (Perspectivas da Urbanização Mundial, 2014), a África era o continente menos urbanizado, com 40% de sua população vivendo em cidades. A população rural, inclusive a que vive em tribos, ainda predomina, mas o ritmo acelerado do crescimento da população urbana tende a alterar esse perfil nas próximas duas décadas. As cidades africanas são os locais onde estão surgindo novos negócios que reforçam a integração da África com a economia global, e é para lá que está migrando a população, principalmente os jovens. Se na década de 1970 apenas quatro cidades africanas tinham mais de 1 milhão de habitantes, atualmente o continente tem mais de trinta cidades nessa situação.

A pressão demográfica nas cidades africanas aumenta a carência de moradias e infraestrutura. Dessa forma, o crescimento das favelas é um fenômeno cada vez mais amplo na África, e quase 300 milhões de pessoas vivem nessa condição. Em 2014, somente 30% dessa população tinha acesso à eletricidade, 19% tinham acesso à rede de água e 7% tinham acesso à rede de esgoto.

Apesar de precárias condições de vida, esses ambientes urbanos reúnem movimentos sociais que, impulsionados pelas expressões artísticas dos jovens, procuram formar uma nova identidade cultural e social nas maiores cidades do continente.

Na África subsistem grandes disparidades de gênero. Mesmo contando com maior nível de educação, as mulheres têm menor remuneração que os homens, menos liberdade, menor participação política, oportunidades e autonomia. Na área da saúde e educação também se manifesta a desigualdade entre os gêneros.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SÁBER, Aziz N. A Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício et al. Atlas histórico escolar. 8. ed. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1991.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Revisitando a questão regional. Cadernos do Desenvolvimento, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2009: a geografia econômica em transformação. Washington, DC: Singular, 2009.
- BANCO MUNDIAL/FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1984. Rio de Janeiro: FGV, 1984.
- CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas: história do Brasil. São Paulo: Scipione, 1993.
- DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Org.). Redes, sociedades e territórios. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- DIMANTAS, Hernani; MARTINS, Dalton. Multidões inteligentes e a transformação do mundo. Biblioteca Diplô, 18 fev. 2008.
- FELLET, João. Indígenas desafiam fronteiras e se unem contra grandes obras na América Latina. BBC Brasil, 23 abr. 2012.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HAROLDO, Castro. Tanzânia: cratera de Ngorongoro é refúgio para 25 mil mamíferos. Época, 11 nov. 2010.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KRON, Josh. Mulheres africanas surpreendem mercado mundial. Folha de S.Paulo, 22 out. 2012.
- LACOSTE, Yves. Atlas géopolitique. Paris: Larousse, 2009.
- NATIONAL GEOGRAPHIC. Atlas National Geographic: África I. Portugal: RBA, 2005.
- TERRA, Lygia. Geografia: Conexões: Estudos de geografia geral e do Brasil/Lygia Terra, Regina de Araújo, Raul Borges Guimarães – 3.ed. – São Paulo: Moderna, 2015 – (Moderna Plus).
- UNIÃO EUROPEIA. Uma nova solidariedade entre gerações face às mudanças demográficas. União Europeia: Bruxelas, 2005.